

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20250038/SEPLAG/COGEC

NUP: 46001.012624/2025-27

UASG: 943001

NÚMERO COMPRASNET: 91794/2025

A **SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO**, por intermédio do Pregoeiro e do membro da equipe de apoio designados por ato do Governador do Estado, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**.

1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA

1.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR GRUPO**, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõe. A proposta final para o grupo não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração, independentemente do valor total do grupo.

1.2 O modo de disputa será **ABERTO E FECHADO**.

2. DA FORMA DE FORNECIMENTO:

2.1. A forma de fornecimento será **PARCELADA**.

3. DA BASE LEGAL

3.1. A licitação se encontra baseada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações; na Lei Estadual nº 18.417, de 11 de julho de 2023; na Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023; na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; na Lei Complementar Estadual nº 65, de 3 de janeiro de 2008; na Lei Complementar Estadual nº 134, de 7 de abril de 2014; no Decreto Estadual nº 35.067, de 21 de dezembro de 2022 e suas alterações; no Decreto Estadual nº 35.283, de 19 de janeiro de 2023; no Decreto Estadual nº 35.323 de 24 de fevereiro de 2023 e suas alterações; no Decreto Estadual nº 27.624, de 22 de novembro 2004; no Decreto Estadual nº 35.726, de 30 de outubro de 2023; no Decreto Estadual nº 36.863 de 29 de setembro de 2025; na Portaria PGE/GAB nº 36, de 8 de março de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

4. DO OBJETO:

4.1. O objeto da licitação é o Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material de Consumo – Gêneros Alimentícios, pelas Escolas Estaduais da Região 02, situadas nos municípios de: Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Guaiúba, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba, São Gonçalo Do Amarante, São Luís do Curú, Trairi, Cascavel, Chorozinho, Horizonte, Pacajus, Pindoretama, Amontada, Apuiarés, Itapajé, Itapipoca, Miraíma, Pentecostes, Tejuçuoca, Tururu, Umirim, Uruburetama, Irauçuba, General Sampaio, Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção, nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5. DO ACESSO AO EDITAL, LOCAL DE REALIZAÇÃO E DO PREGOEIRO

5.1. Este Edital está disponível gratuitamente nos sítios www.portalcompras.ce.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/consulta-detalhada>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Compras.gov.br, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, pela pregoeira **Dorisleide Cândido de Sousa**.

5.3. A audiência requerida por representante de licitante ou interessado em participar de licitação, com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Central de Licitações da Procuradoria-Geral do Estado, será realizada conforme disposto na Portaria/PGE nº 38/2022, publicada na pg. 18 do DOE de 17/03/2022.

5.4. A equipe de apoio atende pelo telefone de nº (85) 3125.9393 e pelo e-mail: licitacao@pge.ce.gov.br.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 19/02/2026.

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 03/03/2026, às 14h30min.

6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 03/03/2026, às 14h30min.

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília - DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES

7.1. Central de Licitações/PGE, Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará, CEP: 60811- 520, CNPJ nº 06.622.070/0001-68.

7.2. Horário de expediente da Central de Licitações: das 8h às 12 h e das 14h às 18h.

8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A indicação da dotação orçamentária somente será exigida para a formalização do instrumento equivalente de contrato, conforme art. 103 do Decreto Estadual nº 35.067/2022 c/c §4º, art. 7º, do Decreto Estadual nº 35.323/2023.

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP- Brasil.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste Edital.

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

9.5. Não poderão disputar esta licitação:

9.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

9.5.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

9.5.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que

possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021. A vedação é estendida a terceiros que auxiliem a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

9.5.5. Empresa estrangeira não autorizada a comercializar no país;

9.5.6. Empresa ou sociedade cooperativa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame, e ainda, que não atendam o art. 16 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

9.5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.5.9. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.5.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9.5.11. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

9.5.12. Consórcio, qualquer que seja sua constituição, conforme justificativa constituída nos autos, nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, no endereço eletrônico citado no item 10.3 abaixo.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração.

10.2.1. As decisões do pregoeiro, sempre que necessário, se darão com embasamento nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação ou, conforme o caso, pela Comissão Central de Avaliação de Impugnações e Recursos em Licitação, nos termos do § 1º do art. 24 e § 3º do art. 94 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, e nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 24 do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

10.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no item 10.2, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licitacao@pge.ce.gov.br, até 23h59min, com a informação do nº do pregão, do órgão ou entidade promotora da licitação e pregoeiro responsável.

10.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 33.272.775,67 (Trinta e três milhões, duzentos e setenta e dois mil, setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e sete centavos.), conforme os custos unitários apostos na tabela constante do item 2 do Anexo I – Termo de Referência.

12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

12.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.2. Após o julgamento da proposta, o licitante vencedor deverá enviar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação.

12.3. Para efeito de julgamento das propostas eletrônicas, o valor a ser informado no sistema eletrônico pelos licitantes situados no Estado do Ceará, será o valor deduzido do percentual de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), correspondente à média das diferenças de alíquotas interestaduais do ICMS, nos termos do disposto no Decreto Estadual nº 27.624/2004.

12.3.1. A dedução acima referida não se aplica ao fornecimento de produtos isentos e não tributados, e, na hipótese de a alíquota interna ser inferior ao percentual de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), devendo neste caso, ser aplicado o percentual correspondente à alíquota cobrada.

12.4. Após a entrega dos documentos para habilitação e/ou proposta, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021. O licitante deverá enviar os documentos complementares, via sistema utilizado na realização do certame, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação.

12.4.1. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

12.4.2. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pelo pregoeiro, ensejará a preclusão desse direito, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

12.5. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, não implicará a desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete ao pregoeiro, mediante diligência, conceder o mesmo prazo estabelecido no subitem 12.4 para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

12.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.6.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.6.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

12.6.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

12.6.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

12.6.4.1. Quando solicitado pela Administração, a comprovação da reserva de cargo poderá se dar da seguinte forma:

I – Realização de processos seletivos;

II – Divulgação ampla das oportunidades de vagas em meios acessíveis, tais como: internet, rádio, televisão, jornais de grande circulação;

III – Programas de inclusão promovidos pela licitante;

IV – Parcerias com entidades especializadas na busca ativa por candidatos que se enquadrem nas condições previstas neste subitem.

12.6.4.2. É admissível outros meios legais de prova que demonstrem esforços concretos para o preenchimento das vagas de que trata o subitem 12.6.4.

12.6.5. Desenvolve programa de integridade nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, quando for o caso.

12.6.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou a sociedade cooperativa que cumpra os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021;

12.6.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

12.6.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

12.7. A falsidade das declarações de que tratam os subitens 12.6.1 ao 12.6.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e neste Edital.

12.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas no sistema, até a abertura da sessão pública.

12.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta eletrônica com o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema, tais como: valor unitário e total; marca/fabricante; modelo/versão; descrição detalhada do objeto, contendo a especificação do Termo de Referência.

13.1.1. O não preenchimento correto dos campos ensejará a desclassificação do licitante.

13.1.2. Os preços deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais.

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados, tanto na proposta eletrônica quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos, na fonte, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

13.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação readequada.

13.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

13.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

14. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

14.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

14.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

14.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar os lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

14.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

14.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

14.8. Os licitantes somente poderão oferecer lances de valor unitário inferior ao último por eles ofertados e registrados pelo sistema.

14.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **0,01% (um centésimo por cento)**, utilizando como referência o **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**.

14.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

14.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

14.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o item acima.

14.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele mesmo no sistema.

14.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 14.10. possuirá caráter sigiloso para

os demais licitantes e para o pregoeiro, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

14.13. Será adotado o modo de disputa “**aberto e fechado**” os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

14.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.13.2. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.13.3. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

14.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 14.13.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no item 14.13.3.

14.13.5. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhuma licitante classificada na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

14.13.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

14.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro nem aos demais participantes.

14.16. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízos dos atos realizados.

14.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

14.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (*cinco por cento*) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

14.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

14.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e

empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

14.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

14.21. Em caso de empate entre duas ou mais propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

14.21.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta ou lance em ato contínuo à classificação;

14.21.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão, preferencialmente, ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

14.21.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, comprovado mediante a apresentação do Selo Empresa Amiga da Mulher, criado pela Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023 ou por quaisquer outros selos que representem ações de equidade entre homens e mulheres, criados pelos Estados e/ou Distrito Federal.

14.21.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado ou, em sua ausência, pela Controladoria-Geral da União para as empresas privadas.

14.22. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.22.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

14.22.2. Empresas brasileiras;

14.22.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.22.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

14.23. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata a lei, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, pelo sistema Compras.gov.br, conforme Acórdão TCU nº 723/2024 Plenário.

14.23.1. Na impossibilidade do sorteio pelo sistema Compras.gov.br, serão adotadas as seguintes providências, a ser realizado em ato público:

I - Será comunicado, por meio do sistema, a data, o horário, o sítio eletrônico onde será realizado o sorteio, bem como a plataforma de transmissão ao vivo;

II - A data e o horário serão comunicados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a realização do sorteio;

III - O resultado do sorteio será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

14.24.1. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.25. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I – Termo de Referência.

14.26. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável por igual período na forma do art. 49 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, após a negociação realizada, anexar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado, acompanhada dos documentos a ela pertinentes citados no subitem abaixo.

14.27. O licitante deverá anexar no sistema junto à proposta de preços:

14.27.1. Declaração de que os vasilhames (garrações) utilizados para o fornecimento de água, objeto desta licitação, possuirão selo fiscal de controle para cumprimento das obrigações tributárias em conformidade com a Lei Estadual nº 14.455/2009.

14.27.2. Manual, catálogos figurativos ou folders do fabricante, impressos ou eletrônicos, em português, contendo informações técnicas completas dos materiais ofertados, que possibilitem avaliação e verificação em conformidade com os requisitos estabelecidos.

14.27.3. A não apresentação de catálogos, folder ou manual não será motivo de desclassificação, imediata, observando-se o disposto no subitem 22.8 deste Edital. Compete à Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG conceder prazo razoável para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

14.28. Nos termos do Decreto Estadual nº 27.624/2004, o licitante melhor classificado situado no Estado do Ceará deverá apresentar a proposta com o valor acrescido do diferencial referido no subitem 12.3, mediante a utilização da seguinte fórmula:

$$VFP = \frac{VPV}{0,925}$$

Onde:

VFP = Valor Final da Proposta, acrescido da alíquota de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento);

VPV = Valor da Proposta Vencedora após o encerramento da disputa eletrônica anunciado pelo sistema;

0,925 = Fator de Reversão correspondente a 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), que foram deduzidos antes da disputa.

15. DA FASE DE JULGAMENTO

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 9.5, deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

II - Certificado de Registro Cadastral (CRC) CE.

III - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e

IV - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

15.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

15.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.4. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no item 14.26 deste edital.

15.4.1. As decisões do pregoeiro se darão baseadas nos pareceres e laudos, nos termos previstos no item 10.2.1 deste Edital.

15.4.2. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do

licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao referido benefício.

15.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

15.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

15.7.1. Contiver vícios insanáveis;

15.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

15.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

15.7.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

15.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

15.7.6. Contiver item com valor superior ao estimado pela Administração, independentemente do valor total do grupo, quando houver agrupamento de itens.

15.8. A ausência de documentos possíveis de serem verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

15.9. A inexequibilidade da proposta, conforme disposto no art. 55 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, somente será reconhecida após a realização de diligência pela(s) área(s) técnica e/ou jurídica, conforme o caso, do órgão ou entidade promotora da licitação, que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

16. DA FASE DE HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos previstos no subitem 12 do Anexo I - Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

16.3. A verificação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

16.4 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste Edital.

16.6. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

16.7. Os documentos deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O instrumento equivalente de contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

16.8. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro.

16.8.1. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

17. DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou da lavratura da ata de julgamento da proposta, ou da habilitação ou inabilitação.

17.3. Quando a decisão do pregoeiro importar em abertura de prazo recursal, será comunicada a retomada da sessão pública com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no sítio eletrônico utilizado para realização do certame.

17.3.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.7.1. Caso o licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, deverá disponibilizar um link no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

17.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhes couber e na Central de Licitações no endereço constante no subitem 7.1 deste Edital.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou;

- 18.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital;
- 18.1.3. Não celebrar o contrato ou instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 18.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 18.1.5. Fraudar a licitação;
- 18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 18.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 18.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 18.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
- 18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 18.2.1. Advertência;
 - 18.2.2. Multa;
 - 18.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
 - 18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 18.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 18.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 18.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 18.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 18.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 18.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
 - 18.4.1. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 18.4.1.1. Para as infrações previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor da contratação.
 - 18.4.1.2. Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
- 18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.9.1. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá o disposto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.10. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação são de responsabilidade da autoridade superior.

19.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de adjudicação e homologação.

20. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

20.2. Para efeito de homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as condições previstas no art. 11 do Decreto nº 35.323/2023, inclusive em relação à formação do cadastro reserva e demais licitantes classificados na licitação.

20.3. Após a homologação do resultado da licitação, os preços ofertados pelos licitantes vencedores dos itens, serão registrados na Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o anexo III deste Edital, pelo valor unitário do item.

20.4. Os licitantes classificados em primeiro lugar terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, para comparecerem perante o gestor a fim de assinarem a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, e sem prejuízo das sanções previstas no Edital, podendo o prazo de comparecimento ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela administração.

20.5. A Ata de Registro de Preços poderá ser assinada por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

20.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva e dos demais classificados da licitação será julgada pelo pregoeiro, conforme §3º do art. 11 do Decreto nº 35.323/2023.

20.7. A Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG será o órgão gestor da Ata de Registro de Preços de que trata este Edital.

20.8. A Ata de Registro de Preços, elaborada conforme Anexo III, será assinada pelo titular da Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG, órgão gestor do Registro de Preços ou, por delegação, por seu substituto legal, e pelos representantes de cada um dos licitantes legalmente credenciados e identificados.

20.9. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme art. 15 do Decreto Estadual nº 35.323/2023, alterado pelo art. 2º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, será de 1 (um) ano, contado a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que por acordo entre as partes e comprovado o preço vantajoso, nas mesmas condições, quantidades e valores.

20.10. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão divulgados no Portal de Compras do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e ficarão disponibilizados, por, no mínimo, a vigência da ata de registro de preços.

20.11. A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de licitação específica, desde que devidamente motivada, sendo assegurado ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

20.12. O participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), quando necessitar, efetuará aquisições junto aos detentores de preços registrados, de acordo com os quantitativos e especificações previstos, durante a vigência do Ata.

20.13. Os detentores de preços registrados ficarão obrigados a fornecer o objeto licitado aos órgãos e entidades participantes do SRP (Sistema de Registro de Preços), nos prazos, quantidades e demais condições definidas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

20.14. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por órgão ou entidade de outros entes federativos, como órgãos e entidades interessados, mediante consulta prévia ao órgão gestor do registro de preços, conforme disciplina o art. 20 do Decreto nº 35.323/2023.

20.15. Os órgãos e entidades interessados, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gestor do Registro de Preços, o qual indicará o fornecedor e o preço a ser praticado.

20.15.1. As contratações decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços de que trata este subitem não poderão exceder, por órgão e entidades interessados, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório, registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

20.15.2. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços a que se refere o item anterior, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos e entidades interessados que aderirem.

20.15.3. Os órgãos e entidades interessados deverão efetivar a contratação em até 90 (noventa) dias, contados a partir da autorização do órgão gestor do registro de preços, observado o prazo de vigência da ata.

20.15.4. A comunicação ao gestor do registro de preços acerca do cumprimento do prazo previsto no subitem 20.15.3. será providenciada pelo órgão e entidades interessados até o quinto dia útil após a contratação.

20.15.5. O órgão gestor do registro de preços não autorizará a adesão à ata de registro de preços para contratação separada de itens de objeto adjudicado por preço global para os quais o detentor do registro não tenha apresentado o menor preço.

20.16. Caberá ao órgão gestor do Registro de Preços, para utilização da Ata por órgãos e entidades interessados da Administração Pública, proceder a indicação do licitante detentor do preço registrado, obedecida à ordem de classificação.

20.17. O detentor de preços registrados que descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, terá o seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos incisos I a IX do artigo 25 do Decreto nº 35.323/2023.

20.18. Os preços registrados poderão ser revistos a qualquer tempo em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados, observado o constante no art. 23 do Decreto n.º 35.323/2023.

20.19. O Órgão Gestor convocará o detentor do preço registrado para negociar o preço e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado.

20.19.1. Não havendo êxito nas negociações, o gestor da Ata poderá convocar os demais licitantes classificados, podendo negociar os preços de mercado, ou cancelar o item, ou ainda revogar a Ata de Registro de Preços.

20.20. Serão considerados preços de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Administração para os itens registrados.

20.21. As alterações registradas, oriundas de revisão dos preços ou da marca ou modelo do item

registrado, serão publicadas no Diário Oficial do Estado e na página oficial do Governo do Estado na internet.

20.22. As demais condições contratuais se encontram estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência e IV – Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste Edital.

20.23. As quantidades previstas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital, são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração, através do órgão e entidade participante, o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.

21. DA CONTRATAÇÃO

21.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar, aceitar ou retirar o instrumento equivalente de contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

21.1.1. O instrumento equivalente de contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

21.2. Na assinatura, no aceite ou na retirada do instrumento equivalente de contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação, bem como a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

21.3. Será exigida, ainda, a comprovação de abertura de conta no Banco BRADESCO.

21.4. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste Edital, ou se recusar a assinar, aceitar ou retirar o instrumento de contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar, aceitar ou retirar o instrumento equivalente de contrato.

21.5. A forma de pagamento, obrigações, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas no Anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

21.6. Da Subcontratação

21.6.1. Não será admitida a subcontratação.

21.7. Da Garantia contratual

21.7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste Edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Central de Licitações. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

22.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.7. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a

promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

22.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste Edital e/ou pelo pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

22.9. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida à licitante, ainda que se trate de originais.

22.10. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

22.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

22.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Carta Proposta

ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO IV – Minuta do Termo de Contrato

Fortaleza/CE, 27 de janeiro de 2026

Alexandre Sobreira Cialdini
ORDENADOR DE DESPESAS

Aprovado: _____
Assessoria Jurídica – SEPLAG

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO Nº 46001.012624/2025-27
UNIDADE REQUISITANTE: COORDENADORIA DE GESTÃO DE COMPRAS - COGEC

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Material de Consumo – Gêneros Alimentícios pelas Escolas Estaduais da Região 02, situadas nos municípios de: Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Guaiúba, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba, São Gonçalo Do Amarante, São Luís do Curú, Trairi, Cascavel, Chorozinho, Horizonte, Pacajus, Pindoretama, Amontada, Apuiarés, Itapajé, Itapipoca, Miraíma, Pentecostes, Tejuçuoca, Tururu, Umirim, Uruburetama, Irauçuba, General Sampaio, Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, com a forma de fornecimento parcelada.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

GRUPO 01 - ÁGUA (AMPLA DISPUTA)					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL
01	<p>15130 - AGUA MINERAL, NATURAL DA FONTE, SEM GAS, CONSUMO HUMANO, ACONDICIONADA EM GARRAFAO RETORNAVEL EM PLASTICO RESISTENTE, POLIPROPILENO OU POLICARBONATO, TRANSPARENTE COM NITIDA VISIBILIDADE, SEM MANCHAS, SEM ODOR, SEM FUIROS OU MICROFUIROS, SEM FISSURAS, SEM AMASSO, LACRADO COM TAMPA, ROTULO INTACTOS COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DO ENVASE, VALIDADE, CARACTERISTICAS FISICO-QUIMICAS NOME DA FONTE, NOME DA EMPRESA ENGARRAFADORA, CNPJ, Nº DO REGISTRO MINISTERIO DA SAUDE, GARRAFAO 20.0 LITROS - AMPLA DISPUTA</p> <p>OS VASILHAMES ACONDICIONADORES DE ÁGUA (GARRAFÕES), DEVEM CONTER AFIXADOS O SELO FISCAL DE CONTROLE DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA LEI Nº 14.455/2009, DE 02/09/2009.</p> <p>Os garrafões de 20 litros para a distribuição da água mineral deverão ser em forma de comodato, contendo o prazo de validade do vasilhame (conforme Resolução ANM nº 193, de 27 de dezembro de 2024).</p>	GARRAÇÃO 20.0 LITROS	96.175,00	9,5000	913.662,50
02	<p>811744 - AGUA ADICIONADA DE SAIS, ACONDICIONADA EM GARRAFAO POLIPROPILENO, TRANSPARENTE COM NITIDA VISIBILIDADE, SEM GAS, DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DA ENVASSE, VALIDADE, COMPOSICAO QUIMICA, CARACTERISTICAS FISICO-QUIMICAS, GARRAFAO 20.0 LITROS - AMPLA DISPUTA</p> <p>OS VASILHAMES ACONDICIONADORES DE ÁGUA (GARRAFÕES), DEVEM CONTER AFIXADOS O SELO FISCAL DE CONTROLE DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA LEI Nº 14.455/2009, DE 02/09/2009.</p> <p>Os garrafões de 20 litros para a distribuição da água mineral deverão ser em forma de comodato, contendo o prazo de validade do vasilhame (conforme Resolução ANM nº 193, de 27 de dezembro de 2024).</p>	GARRAFAO 20.0 LITROS	94.382,00	7,8100	737.123,42

GRUPO 02 - CARNES, AVES E PEIXES (AMPLA DISPUTA)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL
03	14044 - CARNE BOVINA, ACEM, SEM OSSO, SEM ADICAO DE SAL, CONGELADA, EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLASTICO TRANSPARENTE, IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, Nº DO LOTE, ACONDICIONADAS EM CAIXA DE PAPELÃO LACRADAS, REGISTRO SIF, SIE OU SIM, EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA - PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA Nº304 DE 22/04/96 E Nº145 DE 01/09/98, RESOLUCAO DA ANVISA Nº105 DE 19/05/99. AMPLA DISPUTA	EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA	45.270,00	42,0000	1.901.340,00
04	14125 - CARNE BOVINA, PATINHO SEM OSSO, SEM ADICAO DE SAL, CONGELADA, EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLASTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, Nº DO LOTE, ACONDICIONADAS EM CAIXA DE PAPELÃO LACRADAS, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, REGISTRO SIF, SIE, OU SIM, EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA - PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA Nº304 DE 22/04/96 E Nº145 DE 22/04/98, RESOLUÇÃO DA ANVISA Nº105 DE 19/05/99. - AMPLA DISPUTA	EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA	83.120,00	39,0000	3.241.680,00
05	24880 - CARNE BOVINA, CHARQUEADA, PONTA DE AGULHA, EMBALAGEM EM SACO DE POLIETILENO A VACUO, TRANSPARENTE, ROTULADO, IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DE FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, Nº DO LOTE, ACONDICIONADAS EM CAIXA DE PAPELÃO LACRADAS, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, REGISTRO SIF, SIE, OU SIM, VALIDADE MINIMA DE 06 MESES, EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA - EMBALAGEM DE FORNECIMENTO DE NO MÍNIMO 100GR. - PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA Nº 304 DE 22/04/96 E Nº 145 DE 01/09/98, RESOLUÇÃO DA ANVISA Nº 105 DE 19/05/99. AMPLA DISPUTA	EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA	29.525,00	39,0000	1.151.475,00
06	25275 - CARNE SUINA, LOMBO, SEM OSSO, SEM TEMPERO, SEM ADICAO DE SAL, CONGELADA, EMBALADOS EM SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, Nº DO LOTE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, ACONDICIONADAS EM CAIXA DE PAPELÃO LACRADAS, EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA - PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA Nº304 DE 22/04/96 E Nº145 DE 01/09/98, RESOLUÇÃO DA ANVISA Nº.105 DE 19/05/99. - AMPLA DISPUTA	EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA	79.075,00	31,6000	2.498.770,00
07	38822 - CARNE BOVINA, COXAO MOLE, SEM ADICAO DE SAL, SEM OSSO, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, EMBALADOS EM SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE, Nº DO LOTE, ACONDICIONADAS EM CAIXA DE PAPELÃO LACRADAS, REGISTRO SIF, SIE, OU SIM, EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA - PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA Nº 304 DE 22/04/96 E Nº 145 DE 01/09/98, RESOLUÇÃO DA ANVISA Nº 105 DE 19/05/99. - AMPLA DISPUTA	EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA	89.081,00	39,9000	3.554.331,90

08	809226 - FRANGO, COXA E SOBRECORA, CONGELADO, DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, INFORMACOES NUTRICIONAIS, Nº DE LOTE, DATA DE VALIDADE, PRAZO DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, Nº DO REGISTRO NO SIF, SIE OU SIM, EMBALADOS EM SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE, ACONDICIONADOS EM CAIXAS DE PAPELÃO LACRADAS, EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA - PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DIPOA Nº 304 DE 22/04/96 E Nº 145 DE 01/09/98, RESOLUÇÃO DA ANVISA Nº 105 DE 19/05/99. AMPLA DISPUTA	EMBALAGE M 1.0 QUILOGRA MA	78.915,00	21,3000	1.680.889,50
09	809286 - PEIXE, FILE DE TILAPIA, SEM ESPINHA, NAO VIOLADAS, CONGELADO, DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, INFORMACOES NUTRICIONAIS, Nº DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, Nº DO REGISTRO NO SIF, SIE OU SIM, EMBALADOS EM SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE, ACONDICIONADOS EM CAIXAS DE PAPELÃO LACRADAS, EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA - INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 21, DE 31 DE MAIO DE 2017. AMPLA DISPUTA	EMBALAGE M 1.0 QUILOGRA MA	21.740,00	39,0000	847.860,00
10	1889896 - CARNE BOVINA, MUSCULO, MOIDA, CONGELADA, EMBALADOS EM SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE, ACONDICIONADA EM CAIXA DE PAPELÃO LACRADA, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, INFORMACOES NUTRICIONAIS, Nº DO LOTE, VALIDADE, REGISTRO SIF, SIE, OU SIM, EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA - PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DIPOA Nº 304 DE 22/04/96 E Nº 145 DE 01/09/98, RESOLUÇÃO DA ANVISA Nº 105 DE 19/05/99. AMPLA DISPUTA	EMBALAGE M 1.0 QUILOGRA MA	92.482,00	32,0000	2.959.424,00
11	7568810 - FRANGO, FILE DE PEITO, CONGELADO, SEM PELE, SEM CARTILAGEM, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, Nº DO LOTE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, Nº DO REGISTRO NO SIF, SIE OU SIM, EMBALADOS EM SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE, ACONDICIONADOS EM CAIXA DE PAPELÃO LACRADAS, EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA - PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA Nº304 DE 22/04/96 E Nº145 DE 01/09/98, RESOLUCAO ANVISA N.105 DE 19/05/99 - AMPLA DISPUTA	EMBALAGE M 1.0 QUILOGRA MA	186.903,00	22,0000	4.111.866,00

GRUPO 03 - CEREAIS (AMPLA DISPUTA)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE DE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL
12	6998 - ACUCAR, TIPO CRISTAL, ASPECTO SOLIDO COM CRISTAIS BEM DEFINIDOS, COMPOSTO POR SACAROSE DE CANA DE ACUCAR, COR BRANCA, DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE, RESOLUCAO 12/78 COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA, PA. UND. FORN.: PACOTE 1.0 QUILOGRAMA - AMPLA DISPUTA	PACOTE 1.0 QUILOGRAMA	77.213,00	4,0000	308.852,00
13	14133 - MARGARINA VEGETAL, SEM SAL, IDENTIFICACAO DO PRODUTO, IDENTIFICACAO DE FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE, POTE 500.0 GRAMAS - AMPLA DISPUTA	POTE 500.0 GRAMAS	16.492,00	8,9700	147.933,24
14	15008 - OLEO VEGETAL, DE SOJA, COMESTIVEL, PURO, REFINADO, RICO EM VITAMINA E, DADOS	EMBALAGEM PLASTICA	46.382,00	9,0000	417.438,00

	DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO, EMBALAGEM PLASTICA 900.0 MILILITROS - RESOLUÇÃO 482/99 ANVISA - AMPLA DISPUTA	900.0 MILILITROS			
15	21440 - ARROZ, LONGO FINO TIPO 1, BRANCO, POLIDO, GRAOS INTEIROS, DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO, PACOTE 1.0 QUILOGRAMA - RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA - AMPLA DISPUTA	PACOTE 1.0 QUILOGRAMA	91.305,00	7,0000	639.135,00
16	21458 - FEIJAO, DE CORDA, TIPO 1, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE DE POLIETILENO, DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, SACO PLASTICO 1.0 QUILOGRAMA - RESOLUCAO 12/78 COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA - AMPLA DISPUTA	SACO PLASTICO 1.0 QUILOGRAMA	67.991,00	6,8700	467.098,17
17	21539 - FARINHA, DE MANDIOCA, QUEBRADINHA, FINA, TIPO 1, DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO, SACO PLASTICO 1.0 QUILOGRAMA - RESOLUCAO 12/78 COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA - AMPLA DISPUTA	SACO PLASTICO 1.0 QUILOGRAMA	57.856,00	6,5000	376.064,00
18	21954 - ARROZ, PARBOLIZADO, GRAOS INTEIROS, LONGO FINO, TIPO 1, DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO, PACOTE 1.0 QUILOGRAMA - RESOLUCAO 12/78 COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA - AMPLA DISPUTA	PACOTE 1.0 QUILOGRAMA	171.002,00	6,0000	1.026.012,00
19	886270 - FEIJAO, CARIOCA, TIPO 1, DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, SACO PLASTICO 1.0 QUILOGRAMA - RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA - AMPLA DISPUTA	SACO PLASTICO 1.0 QUILOGRAMA	46.911,00	6,0000	281.466,00
20	1216945 - FLOCOS, DE MILHO PRE COZIDO, TIPO FLOCAO, SEM ADICAO DE SAL, ENRIQUECIDO DE FERRO E ACIDO FOLICO VITAMINA B9, NAO CONTEM GLUTEN, DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO, SACO PLASTICO 500.0 GRAMAS - AMPLA DISPUTA	SACO PLASTICO 500.0 GRAMAS	126.178,00	1,8000	227.120,40

GRUPO 04 - ALIMENTOS LATICINIOS (AMPLA DISPUTA)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL
21	369583 - LEITE, UHT OU ESTERILIZADO, INTEGRAL, TETRA PACK, SELO DO SIF, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE MINIMA DE 4 MESES, CAIXA 1.0 LITRO - AMPLA DISPUTA	CAIXA 1.0 LITRO	207.237,00	5,8900	1.220.625,93
22	1156803 - LEITE EM PO, INTEGRAL, DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, DATA DE FABRICACAO, PESO LIQUIDO, N° DE LOTE, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE E/OU MINISTERIO DA AGRICULTURA, PACOTE 200.0 GRAMAS - AMPLA DISPUTA	PACOTE 200 GRAMAS	66.171,00	7,5000	496.282,50
23	1232700 - LEITE EM PO, DESNATADO, COR BRANCA, SEM ADULTERACOES, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, INFORMACAO NUTRICIONAL, N° DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, N° DO REGISTRO MINISTERIO DA AGRICULTURA, SIF, DIPOA, CARIMBO DE INSPECAO, EMBALAGEM 200.0 GRAMAS - AMPLA DISPUTA	EMBALAGEM 200.0 GRAMAS	9.710,00	8,5000	82.535,00

	DISPUTA				
24	1869847 - IOGURTE, SABOR MORANGO, CONSISTENCIA CREMOSA, EMBALAGEM ATOXICA, ESTERIL, INFORMACOES NUTRICIONAIS, Nº DE LOTE, VALIDADE MINIMA 30 DIAS, Nº DO REGISTRO NO MINISTERIO DE AGRICULTURA SIF SIE DIPOA, GARRAFA 900.0 GRAMAS - AMPLA DISPUTA	GARRAFA 900.0 GRAMAS	76.184,00	15,0000	1.142.760,00
25	1869857 - IOGURTE, SABOR MAMAO COM BANANA E MACA, CONSISTENCIA CREMOSA, EMBALAGEM ATOXICA, ESTERIL, INFORMACOES NUTRICIONAIS, Nº DE LOTE, VALIDADE MINIMA 30 DIAS, Nº DO REGISTRO NO MINISTERIO DE AGRICULTURA SIF SIE DIPOA, GARRAFA 900.0 GRAMAS - AMPLA DISPUTA	GARRAFA 900.0 GRAMAS	27.985,00	14,1500	395.987,75
26	1869867 - IOGURTE, SABOR AMEIXA, CONSISTENCIA CREMOSA, EMBALAGEM ATOXICA, ESTERIL, INFORMACOES NUTRICIONAIS, Nº DE LOTE, VALIDADE MINIMA 30 DIAS, Nº DO REGISTRO NO MINISTERIO DE AGRICULTURA SIF SIE DIPOA, GARRAFA 900.0 GRAMAS - AMPLA DISPUTA	GARRAFA 900.0 GRAMAS	19.750,00	14,3000	282.425,00
27	1870042 - IOGURTE, SABOR GRAVIOLA, CONSISTENCIA CREMOSA, EMBALAGEM ATOXICA, ESTERIL, INFORMACOES NUTRICIONAIS, Nº DE LOTE, VALIDADE MINIMA 30 DIAS, Nº DO REGISTRO NO MINISTERIO DE AGRICULTURA SIF SIE DIPOA, GARRAFA 900.0 GRAMAS - AMPLA DISPUTA	GARRAFA 900.0 GRAMAS	14.550,00	14,1500	205.882,50

GRUPO 05 - ALIMENTOS DIVERSOS (AMPLA DISPUTA)					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL
28	809266 - PAO, MASSA FINA, TIPO HAMBURGUER OU HOT DOG, COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO, AGUA, SAL E FERMENTO QUIMICO, ACONDICIONADOS EM SACOS DE POLIETILENO ATOXICOS, RESISTENTE E TRANSPARENTE, DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, INFORMACOES NUTRICIONAIS E QUANTIDADE DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE, PACOTE 500.0 GRAMAS - AMPLA DISPUTA	PACOTE 500.0 GRAMAS	173.850,00	8,0000	1.390.800,00
29	1993257 - MACARRAO, ESPAGUETE, FINO, SEMOLA OU SEMOLINA, DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO, PACOTE 500.0 GRAMAS - AMPLA DISPUTA	PACOTE 500.0 GRAMAS	113.414,00	4,9900	565.935,86

2.1. Havendo divergências entre as especificações deste Anexo e as do sistema, prevalecerão as deste Anexo.

2.2. O valor mínimo por ordem de compra será de R\$100,00 (cem reais), podendo ser menor se o saldo total do Órgão Participante para compra ao fornecedor for inferior a este valor.

2.3. Os garrafões de 20 litros para a distribuição da água mineral deverão ser em forma de comodato, contendo o prazo de validade do vasilhame (conforme Resolução ANM nº 193, de 27 de dezembro de 2024).

2.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 34.450/2021.

2.5. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º c/c o art. 20 ambos da Lei nº 14.133/2021.

2.6. Dos Locais de entrega:

2.6.1. O objeto deste registro de preços, destina-se a atender as escolas estaduais, razão pela qual realizou-se o planejamento nº 2025/30812 - Licitaweb, visando futuras e eventuais aquisições de Material de Consumo – Gêneros Alimentícios Escolas Estaduais da Região 02, para as escolas situadas em Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Guaiúba, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba, São Gonçalo Do Amarante, São Luís do Curú, Trairi, Cascavel, Chorozinho, Horizonte, Pacajus, Pindoretama, Amontada, Apuiarés, Itapajé, Itapipoca, Miraíma, Pentecostes, Tejuçuoca, Tururu, Umirim, Uruburetama, Irauçuba, General Sampaio, Acarape, Aracoiaíba,

Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, conforme art. 15 do Decreto Estadual nº 35.323/2023, alterado pelo art. 2º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, será de 1 (um) ano, contado a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que por acordo entre as partes e comprovado o preço vantajoso, nas mesmas condições, quantidades e valores.

3.2. O prazo de vigência do contrato é de 1 (um) ano, contado da assinatura, na forma do art. 94 c/c o art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3. O contrato poderá ser alterado pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação visa atender à necessidade contínua de fornecimento de gêneros alimentícios para as escolas estaduais da Região 02, garantindo a execução ininterrupta dos programas de alimentação escolar. Trata-se de insumo essencial para o cumprimento das políticas públicas educacionais e de segurança alimentar, assegurando que todos os alunos matriculados tenham acesso a refeições nutritivas e balanceadas durante o período letivo. Essa iniciativa contribui diretamente para o desenvolvimento físico, cognitivo e social dos estudantes, reforçando o papel da escola como espaço de promoção da saúde e da aprendizagem.

4.2. O problema a ser resolvido está relacionado à necessidade de assegurar a regularidade e a qualidade do fornecimento dos gêneros alimentícios, evitando interrupções que possam comprometer o atendimento da merenda escolar. A ausência ou insuficiência desses insumos compromete não apenas a execução dos cardápios planejados, mas também impacta negativamente a frequência e o desempenho escolar, podendo resultar em evasão e desmotivação dos alunos.

4.3. Além de atender a uma demanda obrigatória prevista em legislações e programas nacionais de alimentação escolar, a contratação é estratégica para promover a inclusão social e reduzir desigualdades. Por meio do fornecimento regular de refeições adequadas, o Estado contribui para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, consolidando o direito à educação com dignidade e reforçando a confiança da comunidade escolar na rede pública de ensino.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A solução proposta consiste na contratação, por meio de Registro de Preços de gêneros alimentícios destinados ao atendimento das demandas das escolas da rede estadual de ensino. Os itens serão organizados por grupos, conforme a natureza dos produtos, com entregas parceladas de acordo com solicitações das unidades contratantes, visando atender às aquisições por demanda. Essa sistemática permitirá maior eficiência logística e controle no fornecimento, garantindo que os produtos cheguem às unidades escolares no momento adequado ao consumo.

5.2. O objeto contempla o fornecimento de alimentos não perecíveis, tais como arroz, feijão, carnes e outros itens que compõem a alimentação escolar. As entregas deverão ser realizadas diretamente nas unidades escolares, observando cronograma previamente estabelecido pelas unidades, prazos de entrega compatíveis com a necessidade de consumo, e condições adequadas de transporte e armazenamento. Será exigida a manutenção da integridade física e da qualidade nutricional dos produtos até o momento do consumo.

5.3. Todos os produtos fornecidos deverão atender integralmente às portarias do Ministério da Agricultura, às diretrizes da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos (CNNPA) e às resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em especial no que se refere a requisitos mínimos de qualidade, segurança sanitária, rotulagem e prazo de validade. Essas exigências serão especificadas no Termo de Referência, visando assegurar a conformidade legal e a proteção da saúde dos estudantes, contribuindo para a execução eficaz dos programas de alimentação escolar e, por consequência, para a permanência e o bom desempenho acadêmico dos alunos.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Subcontratação

6.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.2. Garantia contratual

6.2.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

6.3. Sustentabilidade

6.3.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

I – Dar preferência a insumos com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados; menor geração de resíduos; e preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O prazo de execução do objeto contratual é de 12 (doze) meses, contado a partir da publicação do contrato em Diário Oficial do Estado.

7.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, o disposto na Lei Federal nº 13.303/2016.

7.2. Condições de Entrega

7.2.1. O objeto contratual deverá ser entregue nos endereços constantes no Anexo A, em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste termo, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, na quantidade, horários, local e dias estabelecidos no respectivo documento.

7.2.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.2.2.1. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados e aceitos pelo contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

7.2.3. O prazo de validade dos produtos na data da entrega não poderá ser inferior a 80% do prazo total recomendado pelo fabricante/produtor.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante especialmente designado para este fim pelo contratante, ou pelo respectivo substituto, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

8.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

8.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido por comissão constituída para este fim.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento do Objeto

9.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo e na proposta, nos termos do art. 140, II, "a" da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens objeto da contratação, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da contratação.

9.2. Liquidação.

9.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 12.13 deste Termo.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do instrumento equivalente de contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias** úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241/2012, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, na instituição bancária indicada pelo contratante.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5. Antecipação de Pagamento

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento, nos termos do art. 145, caput, da Lei nº 14.133/2021.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

10.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a entrega do bem contratado e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

10.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

10.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo;

10.7. Aplicar as sanções previstas na lei e Edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

10.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do instrumento equivalente de contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da contratação.

10.8.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**.

10.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e deste anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Entregar o objeto, quando for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

11.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da contratação ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ou no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do instrumento equivalente de contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto;

11.10 Atender além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, atender ainda os seguintes requisitos de sustentabilidade.

11.10.1. Dar preferência a insumos com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados; menor geração de resíduos; e preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

11.11. Comunicar ao fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

11.12. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.13. Manter durante a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

11.14. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas.

11.15. Comprovar, na forma do subitem 12.6.4.1 do Edital, as reservas de cargos e vagas a que se referem o subitem acima, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021, e a quantidade de cargos que permaneceram vagos.

11.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento contratual.

11.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

11.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.19. Promover, se for o caso, a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto.

11.20. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

11.21. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

11.22. Respeitar as normas e procedimentos de controle de fornecimento de água, utilizando garrações afixados com selo fiscal de controle para cumprimento das obrigações tributárias em conformidade com a Lei Estadual nº 14.455/2009.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

12.2. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

12.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

12.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

12.2.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia, nos termos do Decreto Estadual nº 34.598/2022;

12.2.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009;

Qualificação técnica

12.3. A documentação relativa à qualificação técnico-operacional, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, consistirá em:

12.4. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, em características e quantidade com o objeto da licitação por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

12.5. Para a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

12.6. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o instrumento equivalente de contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764/1971;

12.7. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

12.8. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução do instrumento equivalente de contrato;

12.9. O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

12.10. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o instrumento equivalente de contrato;

12.11. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o instrumento equivalente de contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

12.12. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Habilitações fiscal, social e trabalhista

12.13. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

12.13.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.13.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.13.3. A regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.13.4. A regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.13.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

12.13.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

12.14. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.15. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que o certificado de microempreendedor – CCMEI, supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio certificado.

12.16. Os documentos enumerados no subitem 12.13, poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico. Quanto à comprovação de atendimento do disposto nos subitens 12.13.3, 12.13.4 e 12.13.5 deverá ser feita na forma da legislação específica.

12.17. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

12.18. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

12.19. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

12.20. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

12.21. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A indicação da dotação orçamentária somente será exigida para a formalização do instrumento equivalente de contrato, conforme art. 103 do Decreto Estadual nº 35.067/2022 c/c §4º, art. 7º, do Decreto Estadual nº 35.323/2023.

14. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO A – ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES

ANEXO B – ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO A – ÓRGÃOS PARTICIPANTES

Nº	SIGLA - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE	ENDEREÇO - TELEFONE
1	23081988 - EEFM ANTONIO MARQUES DE ABREU	Rua MANUEL GUEDES MARTINS, n 1076 - MARANGUAPE, ItapebussuMaranguape - CE, 61.988-000 -
2	23081945 - COLÉGIO ESTADUAL ANCHIETA	Rua Antônio Gomes Bessa, n 60 - Parque Iracema, Maranguape - CE, 61.948-220 - 8531012889
3	23082160 - EEFM EUNICE WEAVER	Rua Senador Almir Pinto, n 0000000, KM 15 - Córrego Raimundo Pinto, Maranguape - CE, 61.945-005 -
4	23223030 - LICEU PROFESSOR FRANCISCO OSCAR RODRIGUES	Rua Oriente, n S/N - Piratininga, Maracanaú - CE, 61.905-150 - 8531012888
5	23079851 - EEM CARNEIRO DE MENDONÇA	Rua Professor José Henrique da Silva, n 4891 - Horto, Maracanaú - CE, 61.909-100 - 8533841776
6	23269014 - EEMTI ADELINO CUNHA ALCANTARA	Avenida AV. CORONEL NECO MARTINS, n 317, PROXIMO AO BANCO BRADESCO - CENTRO, São
7	23046448 - EEM SABINO NUNES DA SILVA	Rua ROCHAEL MOREIRA, n 101, PREDIO - Centro, São Luis do Curu - CE, 62.665-000 - 8596245848
8	23545399 - EEEP JOSÉ RIBEIRO DAMASCENO	Rodovia RODOVIA CE-163, KM 42, n S/N - TRECHO ESTRUTURANTE, Trairi - CE, 62.690-000 -
9	23039027 - EEFM FURTUNATO SEVERIANO DA COSTA	Rua FURTUNATO SEVERIANO, n sn, PROX A PRAÇA - FLECHEIRAS, Trairi - CE, 62.690-000 -
10	23038861 - EEM RAIMUNDO NONATO RIBEIRO	Rua RAIMUNDO NONATO RIBEIRO, n 204 - Centro, Trairi - CE, 62.690-000 - 8596620229
11	23034190 - EEEP LUIZ GONZAGA FONSECA MOTA	Praça GENERAL ALIPIO DOS SANTOS, n 1360 - Centro, Amontada - CE, 62.540-000 - 8836361615
12	23034009 - EEM DE AMONTADA	Avenida AV GENERAL ALIPIO DOS SANTOS, n 1026, ESCOLA - CENTRO, Amontada - CE, 62.540-000 -
13	23035684 - EEFM ANASTACIO ALVES BRAGA	Rua DUQUE DE CAXIAS, n 888, CENTRO - FAZENDINHA, Itapipoca - CE, 62.500-000 - 8836313086
14	23043130 - EEM MARIA IRACEMA UCHOA SALES	Rua RUA RUFINO DE SOUSA, n S/Nº - DOS BANANAS, Umirim - CE, 62.660-000 - 8533641398
15	23043660 - EEM MONSENHOR ANTERO JOSÉ DE LIMA	Rua FARMACEUTICO JOSE RODRIGUES, n 1154 - CENTRO, Uruburetama - CE, 62.650-000 -
16	23274107 - EEEP MARIA MOSA DA SILVA	Rodovia CE-257, n S/N - PRAINHA, Ocara - CE, 62.755-000 - 8533474242
17	C08FPS - EEM FRANCISCA PINTO DOS SANTOS	Rua CORREGO FACO, n 00, ASSENTAMENTO ANTONIO CONSELHEIRO - CORREGO FACO, Ocara -
18	23263644 - EEM FRANCISCO NAILTON CAVALCANTE DE LIMA	Vila V LOCAL 12 LOTEAMENTOLE QUERCE, n SN - CAMARA, Aquiraz - CE, 61.700-000 -
19	23061642 - ESCOLA INDIGENA JENIPAO KANINDE	Estrada LAGOA ENCANTADA, n 00000000000 - IGUAPE, Aquiraz - CE, 61.700-000 - 1193081292
20	23061693 - EEFM CORONEL OSVALDO STUDART	Rua CORONEL STUDART, n 000 - IGUAPE, Aquiraz - CE, 61.700-000 - 8533616810
21	23061499 - EEFM RAIMUNDO TOMAZ	Rua JOSÉ CARLOS GADIELHA, n 790 - TAPERA, Aquiraz - CE, 61.700-000 - 8533614405
22	23265841 - CEJA DE CAUCAIA CENTRO DE OPORT E APREND P JOV E ADULT	Rua José da Rocha Sales, n 183, EM FRENTE AO GREMIO DE CAUCAIA - Açude, Caucaia - CE, 61.605-
23	23227770 - ESCOLA INDIGENA MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS	Acesso ALDEIA SÍTIO FERNANDES, n s/n - ZONA RURAL, Aratuba - CE, 62.762-000 - 8533373097
24	23053364 - CEJA DONANINHA ARRUDA	Praça PRAÇA DUQUE DE CAXIAS, n SN - PUTIU, Baturité - CE, 62.760-000 - 8533474232
25	23053356 - LICEU DE BATURITÉ DOMINGOS SAVIO	Avenida AV. OUVIDOR MOR VITORIANO SOARES, n 194 - SENHARAO, Baturité - CE, 62.760-000 -
26	23054530 - EEM ZELIA DE MATOS BRITO	Rua R CEL FRANCISCO MATOS BRITO, n 280 - Centro, Guaramiranga - CE, 62.766-000 - 8533211260
27	23054808 - EEM FRANKLIN TAVORA	Avenida SÃO CRISTOVAO, n 280, ESCOLA - Centro, Itapituna - CE, 62.740-000 - 8820181022

Nº	SIGLA - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE	ENDEREÇO - TELEFONE
28	23246642 - EEM VEREADORA EDIMAR MARTINS DA CUNHA	Rua VIA FERREA, n sn, COLEGIO - CAIO PRADO, Itapipina - CE, 62.742-000 - 8881499332
29	23055693 - EEM PROFESSOR MILTON FAÇANHA ABREU	Condomínio Residencial RUA PRAÇA COLETOR BEZERRA BORGES, n 293 - Centro, Mulungu - CE,
30	23056177 - EEM MARIA AMELIA PERDIGÃO SAMPAIO	Condomínio Residencial RUA FRANCISCO DE QUEIROZ, n 632 - Centro, Palmácia - CE, 62.780-000 -
31	23057793 - EEM ALMIR PINTO	Rua CASSIANO CORREIA, n SN - CENTRO, Ocara - CE, 62.755-000 - 8533221951
32	23056860 - EEM CAMILO BRASILIENSE	Rua ROSA FLORENCIO, n 236 - ANTONIO DIOGO, Antônio DiogoRedenção - CE, 62.791-000 -
33	23056606 - EEM DOUTOR BRUNO JACO	Avenida CONTORNO SUL, n S/N - CONJUNTO ANTONIO BONFIM, Redenção - CE, 62.790-000 -
34	23283793 - EEMTI VEREADOR FRANCISCO AIRTON MAIA	Avenida AV JAIME DE SOUZA NOBRE, n S/N, DISTRITO DE IDEAL - IDEAL, Aracoiaba - CE, 62.750-
35	23036273 - EEM CORONEL MURILO SERPA	Rua RUA ANASTACIO BARROSO, n 318 - CRUZEIRO, Itapipoca - CE, 62.500-000 - 8836312566
36	C08JCFO - EEM JOSEFA CLEMENTINO FERREIRA DE OLIVEIRA	Condomínio Residencial RUA CURUPIRA DE CIMA, n 01, ESCOLA NOVA EEMTI - ZONA RURAL,
37	23062703 - EEM JOSE ALEXANDRE	Rua Francisco Gomes da Silva, n 135 - Capuan, Caucaia - CE, 61.615-195 - 8531013386
38	23062738 - EEFM PRESIDENTE JOSE SARNEY	Avenida Central Oeste, n 262 - Araturi (Jurema), Caucaia - CE, 61.655-040 - 8531013038
39	23062770 - ESCOLA INDIGENA NARCISIO FERREIRA MATOS	Rua Coronel Alfredo Miranda, n 252, RETORNO DA BR 222, KM 17, LAGOA DOS TAPEBA I - Capuan,
40	23036710 - EEM NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO	Rua RUA JOAO TABOSA BRAGA, n 1400, DISTRITO DE ASSUNÇÃO - CENTRO/ASSUNÇÃO,
41	23036010 - EEM JOAQUIM MAGALHAES	Rua PERGENTINA ARAUJO, n SN - CENTRO, Itapipoca - CE, 62.500-000 - 8836313787
42	23545372 - EEEP PROFESSORA ABIGAIL SAMPAIO	Avenida JOAO LOPES MEIRELES, n 3103 - PARACURU BEACH, Paracuru - CE, 62.680-000 -
43	23040297 - EEM PROFESSORA MARIA LUIZA SABOIA RIBEIRO	Avenida PERILO TEIXEIRA, n S/N, PROXIMO AO SINAL DE TRANSITO - CAMPO DE AVIAÇÃO,
44	23041412 - EEFM ADELINO ALCANTARA FILHO	Rua RUA DR. GETULIO VARGAS, n S/N - CENTRO, São Gonçalo do Amarante - CE, 62.670-000 -
45	23041510 - EEFM EDITE ALCANTARA MOTA	Rua FIDELQUINA MENDES, n 001 - PLANALTO PECÉM, Pecém(São Gonçalo do Amarante) - CE,
46	23041404 - EEM WALDEMAR ALCANTARA	Rua MAJOR JOAO MARTINS, n 906 - ARAPIXI, São Gonçalo do Amarante - CE, 62.670-000 -
47	23040491 - EEM ENGENHEIRO AGEU ROMERO	Rua JOSE EVARISTO GOMES, n 143 - CENTRO, Paraipaba - CE, 62.685-000 - 8533632059
48	23041030 - EEEP WALTER RAMOS DE ARAUJO	Avenida PREFEITO MAURICIO BRASILEIRO MARTINS, n S/N - PARQUE DA LIBERDADE, São
49	23040629 - EEEP FLAVIO GOMES GRANJEIRO	Rua MARIA CLARICE MOREIRA CS C MONTE ALVES, n 323 - CENTRO, Paraipaba - CE, 62.685-000 -
50	23040181 - EEM HERMINIO BARROSO	Rua RUA CAPITAO JOSE TELES, n 625, PROXIMO AOS CORREIOS - CENTRO, Paracuru - CE, 62.680-
51	C08MGCT - EEEP MARIA GISELDA COELHO TEIXEIRA	Condomínio Residencial RUA RODOVIA SENADOR CARLOS JEREISSATI, n s/nº, KM58 - BASILIO,
52	23545402 - EEM MARIA NAZARE DE SOUSA	Comunidade MACEIO, n S/N - BALEIA, Itapipoca - CE, 62.500-000 - 8882346532
53	23180226 - CAIC PROFESSORA FRANCISCA ESTRELA TORQUATO FIRMEZA	Avenida Professora Leticia Marques Cavalcante, n 383 - Capuan, Caucaia - CE, 61.615-000 - 8596422180
54	23063505 - EEM ROMEU DE CASTRO MENEZES	Avenida A, n S/N - Nova Metrópole (Jurema), Caucaia - CE, 61.658-050 - 8531013044
55	23190337 - EEFM DOM ALOISIO LORSCHIEDER	Avenida Contorno Oeste, n sn, PROXIMO AO BUFET DA MARIAZINHA - Nova Metrópole (Jurema),
56	23283610 - ESCOLA INDIGENA DIREITO DE APRENDER DO POVO ANACE	Rodovia Estruturante - CE 085, n S/N, RESERVA TABA DOS ANACE, RUA JATOBA - Alto do Garrote,
57	23215674 - ESCOLA INDIGENA INDIOS TAPEBA	Rua Coronel Alfredo Miranda, n S/N, ESCOLA INDIGENA INDIOS TAPEBA - Capuan, Caucaia - CE,
58	23235411 - ESCOLA INDIGENA TAPEBA CAPOEIRA	Rua DO FIM, n 13, RUA 05 DE MARÇO - Padre Julio Maria, Caucaia - CE, 61.610-405 - 8581904716
59	23510986 - EEM PROFESSORA FRANCISCA LINHARES DE SOUSA	Rua EDUARDO SA, n SN - JABUTI, Eusebio - CE, 61.760-000 - 8534524274
60	23239174 - ESCOLA INDIGENA CHUI	Rua Professor José Henrique da Silva, n 5888 - Horto, Maracanaú - CE, 61.909-100 - 8533845593
61	23185112 - CAIC SENADOR CARLOS JEREISSATI	Rua Antônio Teixeira, n S/N - Outra Banda, Maranguape - CE, 61.942-310 - 8531012893
62	23249676 - EEM ANTONIO LUIS COELHO	Rua DO COMERCIO, n S/N - AMANARI, AmanariMaranguape - CE, 61.979-000 - 8533690625

Nº	SIGLA - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE	ENDEREÇO - TELEFONE
63	23254068 - EEM MARIA CELESTE DE AZEVEDO	Avenida AVENIDA MIGUEL PINTO, n 501 - PLANALTO NORTE, Trairi - CE, 62.690-000 - 8533511692
64	23259825 - EEM PROFESSORA LIDIA CARNEIRO DE BARROS	Distrito GARCAS - ZONA RURAL, n S/N - GARCAS, Amontada - CE, 62.540-000 - 8836369124
65	23041790 - EEFM ADRIANO NOBRE	Rua ODILON FERREIRA GOMES, n 475 - ESMERINO GOMES, Itapajé - CE, 62.600-000 - 8533461486
66	23545380 - EEFM ALAN PINHO TABOSA	Rua MARIA MENEZES FURTADO, n 105 - VILA NOVA, Pentecoste - CE, 62.640-000 - 8533521341
67	23244992 - EEM ANTONIO GERALDO DE LIMA	Rua PREFEITO ISAAC NEWTON CAMPOS 337, n 337, EEM ANTONIO GERALDO DE LIMA -
68	23081007 - EEFM TENENTE MARIO LIMA	Rua Francisco Firmino, n 293 - Centro, Maracanaú - CE, 61.900-120 - 8531012887
69	23083654 - EEFM DESEMBARGADOR RAIMUNDO CARVALHO LIMA	Avenida XV, n sn - CONJUNTO JEREISSATI II, Pacatuba - CE, 61.800-000 - 8531012882
70	23083476 - EEFM CASIMIRO LEITE DE OLIVEIRA	Rua RUA SERGIO PROTAZIO SILVA, n 44 - SÃO JOSE, Pacatuba - CE, 61.800-000 - 8531013351
71	23040017 - EEM PADRE RODOLFO FERREIRA DA CUNHA	Rua RUA JOSE NICODEMUS DA CUNHA, n 220, BAIRRO AÇUCENA - CANAAN, Trairi - CE, 62.690-
72	23041811 - EEM ANTONIO CUSTODIO MESQUITA	Condomínio Residencial RUA ANTONIO CUSTODIO, n 76, ESCOLA - SÃO MIGUEL, Itapajé - CE,
73	23041889 - EEFM PROFESSORA ESTEFANIA MATOS	Rua BENTO AVILA DE SOUSA, n 101 - SANTA RITA, Itapajé - CE, 62.600-000 - 8533460721
74	23221119 - CEJA PADRE LUIZ GONZAGA XAVIER DE LIMA	Rua FREI CASSIANO, n 1379 - SÃO SEBASTIAO, Itapipoca - CE, 62.500-000 - 8836311237
75	23000130 - CENTRO CEARENSE DE IDIOMAS - UNIDADE ITAPIPOCA	Avenida MONSENHOR TABOSA, n 1622 - COQUEIRO, Itapipoca - CE, 62.500-000 - 8899071870
76	23320214 - EEFM RITA AGUIAR BARBOSA	Avenida ESAU ALVES AGUIAR, n 3031 - FAZENDINHA, Itapipoca - CE, 62.500-000 - 8836313533
77	23268700 - ESCOLA INDIGENA BROLHOS DA TERRA	Estrada Municipal ALDEIA MUNGUBA, n Zona Rural, ESCOLA - BURITI, Itapipoca - CE, 62.500-000 -
78	23000100 - EEM ANA COSTA TEIXEIRA	Distrito CRUXATI - ZONA RURAL, n 00 - BETANIA, Itapipoca - CE, 62.500-000 - 8881143924
79	23038004 - EEM HILDEBERTO BARROSO	Avenida AV. VEREADORA LEIDA SOARES, n 1205 - DESERTO, Itapipoca - CE, 62.500-000 -
80	23021772 - EEFM JOSEFA BRAGA BARROSO	Rua RUA DEZINHO TEIXEIRA, n S/N - TATUZAO, Miraima - CE, 62.530-000 - 8896912480
81	23022060 - EEM VICENTE ANTENOR FERREIRA GOMES	Rua RUA PRINCIPAL, n 787, CENTRO - BROTA, Miraima - CE, 62.530-000 - 8836302290
82	23045230 - EEM ETELVINA GOMES BEZERRA	Rua JOAQUIM GOMES DE MELO, n 1 - VILA NOVA, Pentecoste - CE, 62.640-000 - 8533522791
83	23046490 - EEM DEPUTADO FERNANDO MOTA	Rua ALFREDO PINTO DE MESQUITA, n 39 - CENTRO, Tejuoca - CE, 62.610-000 - 8591191695
84	23042877 - EEFM LUIZA BEZERRA DE FARIAS	Rua MONSENHOR SOLON, n 248 - Centro, Tururu - CE, 62.655-970 - 8533581841
85	23044039 - EEM MATILDE RODRIGUES VASCONCELOS	Rua JOSE LOPES CABRAL, n S/N - ITAMARATI, Uruburetama - CE, 62.650-000 - 8533531266
86	23051930 - EEM ALMIR PINTO	Rua RUA SANTOS DUMONT, n 363 - Centro, Aracoiaba - CE, 62.750-000 - 8533375694
87	23052643 - EEM JOAO ALVES MOREIRA	Praça CONEGO DEMETRIO ELIZEU DE LIMA, n s/n, DISTRITO DE VAZANTES - DISTRITO DE
88	23052929 - EEM JOSE JOACY PEREIRA	Rua ARLINDO MEDINA, n S/N, PROXIMO SOCIEDADE HOSPITALAR PADRE DIONISIO - Centro,

ANEXO B – ADEÇÃO AO REGISTRO DE PREÇOS

ORG./ITEM	1156803	1216945	1232700	14044	14125	14133	15008	15130	1869847	1869857	1869867	1870042	1889896
23000100	1.800,00	3.000,00	0,00	0,00	3.500,00	200,00	1.600,00	3.900,00	500,00	500,00	500,00	500,00	5.000,00
23000130	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23021772	2.000,00	4.500,00	300,00	800,00	750,00	120,00	1.158,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.300,00
23022060	320,00	0,00	150,00	0,00	1.080,00	0,00	600,00	0,00	800,00	501,00	0,00	0,00	0,00
23034009	2.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	600,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00
23034190	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23035684	3.000,00	3.000,00	3.000,00	2.000,00	2.500,00	500,00	300,00	11.000,00	900,00	900,00	900,00	900,00	2.500,00
23036010	3.000,00	2.400,00	0,00	0,00	1.920,00	432,00	1.008,00	8.000,00	2.160,00	0,00	0,00	0,00	5.400,00
23036273	800,00	3.000,00	0,00	0,00	1.500,00	200,00	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	300,00	0,00	2.500,00
23036710	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23038004	800,00	2.000,00	0,00	700,00	700,00	80,00	120,00	2.000,00	500,00	500,00	500,00	500,00	710,00
23038861	900,00	300,00	400,00	0,00	0,00	0,00	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00
23039027	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23040017	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	250,00	100,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
23040181	400,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	100,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
23040297	400,00	2.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	100,00	800,00	0,00	300,00	0,00	300,00	300,00	1.000,00
23040491	221,00	166,00	0,00	0,00	0,00	110,00	476,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.856,00
23040629	2.000,00	3.200,00	2.000,00	1.200,00	1.500,00	950,00	1.100,00	5.000,00	2.500,00	1.000,00	1.000,00	500,00	3.500,00
23041030	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23041404	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23041412	0,00	735,00	0,00	0,00	190,00	40,00	279,00	0,00	900,00	0,00	0,00	0,00	700,00
23041510	3.000,00	1.500,00	0,00	1.300,00	1.300,00	250,00	1.000,00	0,00	1.250,00	1.250,00	0,00	0,00	1.300,00
23041790	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	3.114,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23041811	0,00	0,00	0,00	900,00	700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
23041889	500,00	3.000,00	0,00	0,00	1.500,00	120,00	1.200,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.200,00

ORG./ITEM	1156803	1216945	1232700	14044	14125	14133	15008	15130	1869847	1869857	1869867	1870042	1889896
23042877	1.000,00	600,00	0,00	200,00	0,00	100,00	200,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	800,00
23043130	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.800,00
23043660	400,00	700,00	0,00	0,00	0,00	250,00	350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00
23044039	100,00	0,00	0,00	0,00	250,00	0,00	500,00	100,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23045230	0,00	1.200,00	0,00	400,00	400,00	120,00	160,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00
23046449	1.200,00	800,00	200,00	1.000,00	1.000,00	900,00	400,00	0,00	600,00	600,00	600,00	0,00	1.500,00
23046490	500,00	2.500,00	0,00	0,00	500,00	100,00	600,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	1.500,00
23051930	400,00	1.000,00	0,00	0,00	1.300,00	300,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
23052643	1.400,00	2.200,00	0,00	0,00	1.500,00	360,00	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
23052929	350,00	1.920,00	0,00	0,00	1.700,00	300,00	85,00	0,00	1.270,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23053356	500,00	800,00	0,00	0,00	1.000,00	200,00	500,00	7.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
23053364	150,00	200,00	0,00	0,00	0,00	40,00	40,00	300,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
23054530	2.300,00	700,00	500,00	1.000,00	1.000,00	200,00	300,00	0,00	300,00	300,00	300,00	300,00	350,00
23054808	300,00	1.600,00	500,00	1.500,00	1.000,00	100,00	440,00	8.520,00	400,00	400,00	400,00	400,00	800,00
23055693	1.500,00	4.000,00	0,00	0,00	3.000,00	300,00	850,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
23056177	100,00	200,00	80,00	500,00	500,00	60,00	200,00	0,00	250,00	250,00	250,00	250,00	200,00
23056606	1.500,00	2.000,00	0,00	0,00	1.800,00	300,00	850,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
23056860	1.000,00	2.500,00	300,00	1.500,00	2.000,00	100,00	400,00	2.400,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
23057793	840,00	1.680,00	0,00	3.000,00	3.000,00	300,00	600,00	0,00	1.920,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
23061499	300,00	3.000,00	0,00	0,00	2.700,00	200,00	1.200,00	0,00	2.000,00	500,00	1.000,00	0,00	1.000,00
23061642	200,00	30,00	50,00	0,00	0,00	23,00	100,00	0,00	200,00	100,00	0,00	0,00	200,00
23061693	600,00	1.200,00	0,00	800,00	1.500,00	120,00	500,00	4.320,00	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	720,00
23062703	1.300,00	300,00	0,00	0,00	2.500,00	500,00	1.500,00	0,00	1.900,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
23062738	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	50,00	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23062770	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	12,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23063505	960,00	3.000,00	0,00	500,00	500,00	400,00	300,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	600,00
23079851	1.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23081007	200,00	0,00	0,00	300,00	400,00	0,00	200,00	0,00	300,00	300,00	300,00	300,00	1.000,00
23081945	1.000,00	790,00	0,00	1.000,00	2.000,00	100,00	742,00	0,00	2.300,00	1.000,00	1.000,00	500,00	1.000,00
23081988	60,00	650,00	0,00	200,00	500,00	80,00	300,00	0,00	800,00	0,00	0,00	0,00	250,00
23082160	800,00	1.600,00	0,00	2.000,00	2.000,00	200,00	600,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	1.600,00
23083476	600,00	3.500,00	0,00	1.950,00	2.500,00	200,00	550,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	950,00
23083654	400,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	500,00	1.100,00	0,00	2.100,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
23180226	900,00	1.500,00	500,00	1.200,00	1.200,00	400,00	1.200,00	0,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00
23185112	2.000,00	600,00	0,00	1.200,00	600,00	500,00	1.200,00	0,00	600,00	600,00	600,00	600,00	500,00
23190337	100,00	1.251,00	0,00	0,00	1.390,00	73,00	444,00	0,00	0,00	934,00	0,00	0,00	356,00
23215674	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23221119	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,00	80,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ORG./ITEM	1156803	1216945	1232700	14044	14125	14133	15008	15130	1869847	1869857	1869867	1870042	1889896
23223030	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23227770	250,00	600,00	50,00	300,00	300,00	120,00	240,00	0,00	100,00	100,00	100,00	100,00	500,00
23235411	200,00	1.000,00	0,00	400,00	400,00	50,00	50,00	0,00	300,00	200,00	200,00	200,00	1.480,00
23239174	800,00	700,00	0,00	0,00	400,00	100,00	100,00	0,00	1.000,00	500,00	0,00	0,00	300,00
23244992	4.160,00	3.640,00	0,00	3.600,00	3.800,00	832,00	624,00	0,00	2.800,00	0,00	0,00	0,00	2.100,00
23246642	200,00	1.300,00	80,00	700,00	700,00	180,00	500,00	3.995,00	100,00	100,00	100,00	100,00	1.000,00
23249676	400,00	600,00	0,00	1.500,00	1.500,00	120,00	300,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
23254068	800,00	2.000,00	0,00	0,00	1.000,00	40,00	200,00	5.000,00	800,00	400,00	400,00	0,00	1.600,00
23259825	2.520,00	5.670,00	0,00	0,00	3.150,00	210,00	800,00	0,00	1.470,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23263644	1.200,00	2.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	250,00	150,00	5.000,00	900,00	700,00	600,00	600,00	1.000,00
23265841	500,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	100,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23268700	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
23269014	0,00	2.158,00	600,00	750,00	750,00	300,00	816,00	0,00	2.600,00	1.300,00	0,00	0,00	1.440,00
23274107	2.000,00	4.000,00	0,00	0,00	1.500,00	500,00	1.600,00	6.600,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00
23283610	450,00	500,00	0,00	300,00	300,00	400,00	400,00	0,00	350,00	250,00	100,00	200,00	900,00
23283793	1.300,00	2.000,00	0,00	0,00	1.700,00	350,00	900,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
23320214	1.500,00	3.000,00	0,00	6.720,00	3.840,00	500,00	1.000,00	8.640,00	3.800,00	3.800,00	0,00	0,00	3.500,00
23510986	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23545372	0,00	6.000,00	0,00	0,00	1.800,00	200,00	1.540,00	0,00	2.500,00	1.000,00	500,00	500,00	1.500,00
23545380	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23545399	0,00	4.228,00	0,00	0,00	550,00	42,00	798,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
23545402	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
C08FPS	300,00	600,00	0,00	300,00	300,00	100,00	200,00	0,00	300,00	300,00	300,00	300,00	0,00
C08JCFO	1.700,00	900,00	0,00	1.500,00	1.500,00	100,00	500,00	0,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	2.500,00
C08MGCT	390,00	2.460,00	0,00	0,00	0,00	250,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	770,00
Total	66.171,00	126.178,00	9.710,00	45.270,00	83.120,00	16.492,00	46.382,00	96.175,00	76.184,00	27.985,00	19.750,00	14.550,00	92.482,00

ORG./ITEM	1993257	21440	21458	21539	21954	24880	25275	369583	38822	6998	7568810	809226	809266
23000100	3.000,00	1.500,00	3.300,00	2.600,00	5.100,00	480,00	2.200,00	4.000,00	3.800,00	1.500,00	3.600,00	7.500,00	4.800,00
23000130	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23021772	3.000,00	1.200,00	1.577,00	930,00	2.500,00	246,00	1.700,00	5.700,00	1.300,00	1.300,00	4.000,00	1.700,00	5.000,00
23022060	0,00	3.000,00	558,00	500,00	3.000,00	240,00	356,00	780,00	660,00	792,00	0,00	2.000,00	3.840,00
23034009	2.000,00	3.000,00	1.000,00	500,00	0,00	400,00	0,00	4.000,00	1.500,00	3.000,00	2.500,00	0,00	2.000,00
23034190	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23035684	2.000,00	2.000,00	500,00	400,00	2.000,00	1.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	3.000,00	4.000,00	1.500,00	3.000,00
23036010	4.800,00	0,00	720,00	2.400,00	5.400,00	0,00	0,00	3.360,00	0,00	1.200,00	6.240,00	0,00	4.320,00
23036273	3.500,00	0,00	2.000,00	1.300,00	5.000,00	300,00	1.000,00	4.000,00	700,00	2.000,00	4.500,00	2.500,00	6.000,00
23036710	0,00	0,00	270,00	100,00	1.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	270,00	2.444,00	0,00	700,00

ORG./ITEM	1993257	21440	21458	21539	21954	24880	25275	369583	38822	6998	7568810	809226	809266
23038004	1.500,00	1.800,00	1.800,00	600,00	1.800,00	150,00	660,00	3.000,00	790,00	720,00	1.800,00	940,00	2.880,00
23038861	200,00	500,00	450,00	100,00	0,00	300,00	0,00	1.800,00	0,00	200,00	1.174,00	180,00	500,00
23039027	0,00	800,00	0,00	200,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	50,00	500,00	0,00	0,00
23040017	2.000,00	500,00	500,00	600,00	1.000,00	300,00	0,00	2.500,00	0,00	500,00	1.000,00	0,00	0,00
23040181	1.000,00	1.061,00	500,00	800,00	0,00	300,00	0,00	3.200,00	0,00	800,00	1.543,00	0,00	1.400,00
23040297	1.500,00	0,00	1.800,00	1.000,00	2.500,00	200,00	800,00	5.800,00	1.000,00	1.200,00	2.500,00	0,00	3.300,00
23040491	775,00	1.772,00	276,00	443,00	0,00	0,00	0,00	2.215,00	0,00	249,00	3.469,00	0,00	553,00
23040629	3.800,00	2.000,00	2.300,00	1.200,00	3.500,00	1.200,00	1.200,00	3.500,00	2.000,00	1.600,00	4.000,00	2.500,00	3.500,00
23041030	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23041404	0,00	3.000,00	400,00	500,00	0,00	1.000,00	0,00	6.200,00	4.000,00	500,00	1.400,00	0,00	1.500,00
23041412	800,00	980,00	616,00	200,00	0,00	288,00	190,00	2.120,00	700,00	440,00	791,00	381,00	1.500,00
23041510	2.500,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00	300,00	1.300,00	4.000,00	1.300,00	1.600,00	3.000,00	1.500,00	3.500,00
23041790	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	3.000,00	200,00	1.500,00	0,00	0,00	2.000,00	3.000,00	1.000,00	3.000,00
23041811	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	1.200,00	0,00	600,00	0,00	2.500,00	1.700,00	0,00
23041889	2.500,00	0,00	1.600,00	1.000,00	5.000,00	200,00	2.000,00	5.000,00	1.500,00	1.200,00	5.000,00	3.000,00	8.000,00
23042877	1.000,00	300,00	500,00	300,00	800,00	400,00	0,00	1.000,00	400,00	200,00	800,00	0,00	400,00
23043130	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00	775,00	0,00	1.700,00	0,00	5.000,00	1.600,00	0,00
23043660	700,00	0,00	250,00	250,00	1.200,00	300,00	0,00	500,00	0,00	400,00	700,00	0,00	650,00
23044039	0,00	0,00	1.500,00	500,00	3.000,00	300,00	230,00	6.000,00	350,00	1.100,00	800,00	500,00	3.500,00
23045230	920,00	1.600,00	160,00	160,00	1.200,00	480,00	480,00	1.920,00	480,00	560,00	1.200,00	800,00	800,00
23046449	2.000,00	4.000,00	1.500,00	600,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00	1.200,00	3.000,00
23046490	2.000,00	1.500,00	500,00	600,00	2.500,00	200,00	500,00	2.500,00	500,00	500,00	2.000,00	1.000,00	3.000,00
23051930	1.300,00	0,00	800,00	400,00	2.800,00	300,00	1.300,00	1.500,00	1.300,00	1.000,00	1.800,00	1.300,00	3.700,00
23052643	1.450,00	2.400,00	800,00	1.300,00	0,00	300,00	1.600,00	3.000,00	1.500,00	1.200,00	1.800,00	1.600,00	2.100,00
23052929	4.560,00	900,00	1.200,00	800,00	1.000,00	200,00	500,00	800,00	800,00	400,00	800,00	1.100,00	2.200,00
23053356	1.000,00	1.000,00	100,00	150,00	500,00	200,00	0,00	2.000,00	600,00	200,00	3.000,00	0,00	500,00
23053364	200,00	200,00	100,00	50,00	0,00	100,00	0,00	360,00	150,00	200,00	300,00	0,00	120,00
23054530	500,00	1.000,00	800,00	600,00	1.500,00	900,00	3.000,00	4.000,00	3.000,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00	4.000,00
23054808	2.000,00	800,00	600,00	240,00	1.000,00	400,00	900,00	1.000,00	1.000,00	102,00	1.600,00	800,00	1.600,00
23055693	2.000,00	0,00	1.400,00	960,00	6.600,00	600,00	3.000,00	3.600,00	3.000,00	2.200,00	4.500,00	0,00	5.000,00
23056177	500,00	250,00	200,00	150,00	250,00	100,00	400,00	500,00	400,00	400,00	1.000,00	800,00	800,00
23056606	1.500,00	500,00	1.600,00	800,00	5.000,00	300,00	1.600,00	4.000,00	1.600,00	800,00	1.700,00	1.100,00	1.500,00
23056860	1.000,00	2.500,00	500,00	500,00	2.500,00	200,00	800,00	2.000,00	1.500,00	500,00	3.000,00	1.200,00	500,00
23057793	2.400,00	0,00	720,00	720,00	4.800,00	600,00	2.000,00	2.400,00	3.000,00	2.000,00	3.240,00	0,00	4.800,00
23061499	1.500,00	0,00	600,00	2.200,00	8.000,00	300,00	1.600,00	6.000,00	2.700,00	1.000,00	3.000,00	1.500,00	4.000,00
23061642	150,00	287,00	20,00	40,00	0,00	45,00	0,00	152,00	100,00	217,00	100,00	0,00	87,00
23061693	600,00	1.400,00	600,00	200,00	0,00	100,00	1.000,00	2.820,00	1.200,00	600,00	1.920,00	950,00	1.680,00
23062703	2.000,00	2.400,00	950,00	1.400,00	400,00	2.900,00	1.230,00	5.450,00	0,00	1.510,00	2.800,00	652,00	2.000,00

ORG./ ITEM	1993257	21440	21458	21539	21954	24880	25275	369583	38822	6998	7568810	809226	809266
23062738	0,00	900,00	0,00	300,00	0,00	0,00	300,00	1.000,00	0,00	330,00	250,00	0,00	200,00
23062770	0,00	0,00	0,00	25,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	20,00	0,00	0,00	0,00
23063505	800,00	500,00	600,00	600,00	7.900,00	300,00	600,00	2.000,00	500,00	1.700,00	3.500,00	1.000,00	2.000,00
23079851	2.200,00	0,00	900,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00
23081007	500,00	1.500,00	1.000,00	800,00	0,00	500,00	400,00	2.000,00	200,00	1.000,00	1.000,00	500,00	1.000,00
23081945	700,00	6.500,00	1.200,00	500,00	2.000,00	200,00	2.000,00	3.000,00	2.300,00	700,00	4.000,00	1.000,00	1.502,00
23081988	300,00	300,00	300,00	250,00	600,00	80,00	300,00	1.500,00	200,00	200,00	800,00	300,00	300,00
23082160	1.500,00	1.000,00	800,00	1.500,00	5.000,00	1.000,00	2.000,00	1.500,00	2.000,00	2.000,00	3.000,00	3.000,00	2.000,00
23083476	920,00	1.700,00	700,00	780,00	4.000,00	850,00	3.900,00	10.000,00	1.800,00	950,00	4.000,00	3.200,00	1.500,00
23083654	1.500,00	3.000,00	1.200,00	1.200,00	0,00	300,00	1.600,00	1.400,00	2.800,00	1.000,00	2.500,00	800,00	1.600,00
23180226	1.800,00	6.500,00	1.000,00	1.600,00	3.250,00	600,00	1.100,00	1.200,00	900,00	1.800,00	1.800,00	1.000,00	3.000,00
23185112	1.000,00	1.500,00	1.200,00	500,00	1.500,00	200,00	1.500,00	1.800,00	1.500,00	1.400,00	1.500,00	1.200,00	600,00
23190337	889,00	0,00	160,00	350,00	2.000,00	122,00	1.095,00	1.254,00	0,00	705,00	1.644,00	762,00	1.290,00
23215674	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00
23221119	0,00	180,00	80,00	50,00	0,00	90,00	0,00	0,00	120,00	100,00	200,00	0,00	400,00
23223030	0,00	1.000,00	500,00	500,00	0,00	600,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	1.500,00	0,00	2.000,00
23227770	500,00	300,00	300,00	100,00	600,00	100,00	200,00	500,00	300,00	400,00	600,00	400,00	500,00
23235411	1.600,00	0,00	200,00	200,00	2.100,00	100,00	0,00	1.000,00	400,00	200,00	2.400,00	500,00	700,00
23239174	500,00	100,00	100,00	200,00	700,00	100,00	300,00	100,00	300,00	400,00	1.000,00	500,00	1.000,00
23244992	4.100,00	6.320,00	1.800,00	1.872,00	0,00	1.200,00	3.200,00	4.000,00	3.000,00	800,00	3.800,00	3.800,00	3.250,00
23246642	1.700,00	1.400,00	500,00	157,00	2.400,00	250,00	1.000,00	1.200,00	2.000,00	1.000,00	2.200,00	700,00	2.000,00
23249676	800,00	520,00	500,00	600,00	3.842,00	300,00	1.470,00	4.000,00	2.500,00	500,00	1.500,00	1.750,00	1.800,00
23254068	1.600,00	0,00	1.400,00	1.000,00	6.000,00	500,00	2.500,00	4.500,00	2.500,00	800,00	1.500,00	900,00	4.000,00
23259825	3.066,00	0,00	2.780,00	525,00	6.000,00	315,00	3.150,00	4.200,00	3.150,00	1.000,00	6.300,00	3.150,00	2.520,00
23263644	1.800,00	1.200,00	900,00	600,00	1.500,00	350,00	700,00	3.000,00	1.200,00	800,00	1.500,00	750,00	980,00
23265841	0,00	850,00	200,00	150,00	0,00	400,00	0,00	600,00	0,00	500,00	1.000,00	0,00	400,00
23268700	0,00	385,00	70,00	60,00	0,00	300,00	0,00	200,00	0,00	200,00	450,00	0,00	0,00
23269014	2.184,00	1.500,00	1.814,00	864,00	2.000,00	230,00	750,00	5.986,00	900,00	1.300,00	2.106,00	1.400,00	3.800,00
23274107	4.500,00	0,00	2.500,00	2.000,00	7.000,00	800,00	2.600,00	3.000,00	3.400,00	2.500,00	5.600,00	0,00	6.000,00
23283610	800,00	1.200,00	20,00	400,00	100,00	150,00	400,00	500,00	400,00	1.300,00	800,00	500,00	500,00
23283793	1.500,00	0,00	800,00	1.000,00	2.300,00	250,00	1.100,00	2.800,00	0,00	1.300,00	1.700,00	0,00	0,00
23320214	3.000,00	0,00	1.500,00	2.880,00	8.640,00	300,00	3.840,00	1.500,00	2.900,00	1.500,00	6.000,00	3.900,00	6.000,00
23510986	0,00	0,00	200,00	100,00	300,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00
23545372	5.000,00	0,00	400,00	2.600,00	6.920,00	600,00	2.500,00	6.000,00	800,00	2.400,00	5.500,00	1.100,00	6.000,00
23545380	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23545399	0,00	1.800,00	0,00	500,00	800,00	169,00	549,00	4.720,00	730,00	948,00	2.281,00	1.000,00	3.378,00
23545402	0,00	2.200,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00	1.251,00	1.000,00	851,00	0,00	3.000,00
C08FPS	500,00	600,00	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	900,00	300,00	500,00	800,00	600,00	400,00

ORG./ITEM	1993257	21440	21458	21539	21954	24880	25275	369583	38822	6998	7568810	809226	809266
C08JCFO	1.500,00	3.200,00	1.200,00	1.000,00	0,00	200,00	2.000,00	1.600,00	2.500,00	600,00	2.500,00	700,00	2.200,00
C08MGCT	2.500,00	0,00	900,00	600,00	2.500,00	500,00	0,00	2.000,00	0,00	1.950,00	4.200,00	0,00	2.800,00
Total	113.414,00	91.305,00	67.991,00	57.856,00	171.002,00	29.525,00	79.075,00	207.237,00	89.081,00	77.213,00	186.903,00	78.915,00	173.850,00

ORG./ITEM	809286	811744	886270	ADESÃO
23000100	0,00	0,00	0,00	aceita
23000130	0,00	0,00	0,00	aceita
23021772	0,00	0,00	1.499,00	aceita
23022060	0,00	0,00	0,00	aceita
23034009	0,00	10.000,00	1.000,00	aceita
23034190	0,00	4.800,00	0,00	aceita
23035684	800,00	3,00	300,00	aceita
23036010	0,00	0,00	480,00	aceita
23036273	0,00	0,00	400,00	aceita
23036710	0,00	0,00	500,00	aceita
23038004	300,00	800,00	700,00	aceita
23038861	0,00	0,00	0,00	aceita
23039027	0,00	0,00	300,00	aceita
23040017	0,00	0,00	500,00	aceita
23040181	0,00	0,00	202,00	aceita
23040297	0,00	0,00	500,00	aceita
23040491	0,00	1.700,00	553,00	aceita
23040629	4.000,00	5.000,00	3.500,00	aceita
23041030	0,00	7.000,00	0,00	aceita
23041404	0,00	0,00	300,00	aceita
23041412	0,00	3.108,00	0,00	aceita
23041510	0,00	2.600,00	1.500,00	aceita
23041790	0,00	1.000,00	0,00	aceita
23041811	0,00	0,00	0,00	aceita
23041889	1.000,00	0,00	1.000,00	aceita
23042877	0,00	2.100,00	100,00	aceita
23043130	0,00	0,00	0,00	aceita
23043660	0,00	0,00	250,00	aceita
23044039	0,00	0,00	0,00	aceita
23045230	480,00	4.000,00	160,00	aceita
23046449	700,00	3.000,00	500,00	aceita
23046490	0,00	5.000,00	500,00	aceita
23051930	0,00	0,00	0,00	aceita

ORG./ITEM	809286	811744	886270	ADESÃO
23052643	0,00	0,00	800,00	aceita
23052929	500,00	0,00	500,00	aceita
23053356	100,00	0,00	600,00	aceita
23053364	0,00	0,00	60,00	aceita
23054530	0,00	0,00	400,00	aceita
23054808	400,00	0,00	500,00	aceita
23055693	0,00	0,00	1.500,00	aceita
23056177	0,00	0,00	100,00	aceita
23056606	0,00	0,00	0,00	aceita
23056860	1.200,00	0,00	300,00	aceita
23057793	0,00	0,00	600,00	aceita
23061499	1.700,00	0,00	2.400,00	aceita
23061642	60,00	0,00	20,00	aceita
23061693	1.000,00	0,00	600,00	aceita
23062703	500,00	0,00	0,00	aceita
23062738	250,00	0,00	0,00	aceita
23062770	0,00	0,00	0,00	aceita
23063505	0,00	0,00	800,00	aceita
23079851	0,00	0,00	900,00	aceita
23081007	0,00	0,00	1.000,00	aceita
23081945	0,00	0,00	1.000,00	aceita
23081988	0,00	0,00	180,00	aceita
23082160	0,00	0,00	2.000,00	aceita
23083476	700,00	0,00	820,00	aceita
23083654	0,00	0,00	800,00	aceita
23180226	500,00	976,00	1.000,00	aceita
23185112	1.200,00	0,00	400,00	aceita
23190337	0,00	0,00	429,00	aceita
23215674	0,00	0,00	0,00	aceita
23221119	0,00	0,00	80,00	aceita
23223030	0,00	0,00	300,00	aceita
23227770	100,00	0,00	200,00	aceita
23235411	500,00	2.000,00	200,00	aceita
23239174	300,00	0,00	50,00	aceita
23244992	0,00	0,00	1.000,00	aceita
23246642	700,00	3.995,00	100,00	aceita
23249676	0,00	0,00	800,00	aceita
23254068	0,00	0,00	500,00	aceita

ORG./ ITEM	809286	811744	886270	ADESÃO
23259825	3.150,00	6.500,00	1.008,00	aceita
23263644	800,00	0,00	600,00	aceita
23265841	0,00	0,00	200,00	aceita
23268700	100,00	2.500,00	100,00	aceita
23269014	0,00	0,00	600,00	aceita
23274107	0,00	0,00	1.000,00	aceita
23283610	200,00	0,00	20,00	aceita
23283793	0,00	0,00	800,00	aceita
23320214	0,00	12.000,00	3.000,00	aceita
23510986	0,00	0,00	700,00	aceita
23545372	0,00	0,00	2.000,00	aceita
23545380	0,00	7.200,00	0,00	aceita
23545399	0,00	0,00	0,00	aceita
23545402	0,00	1.500,00	0,00	aceita
C08FPS	0,00	2.400,00	0,00	aceita
C08JCFO	500,00	5.200,00	1.200,00	aceita
C08MGCT	0,00	0,00	0,00	aceita
Total	21.740,00	94.382,00	46.911,00	

ANEXO II - CARTA PROPOSTA

À

Central de Licitações do Estado do Ceará

Ref.: Pregão Eletrônico nº 20250038 - SEPLAG

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por ____ (____) dias, contados da data de sua emissão.

3. Formação do Preço

GRUPO _____						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR GLOBAL R\$						
Valor por extenso (_____)						

DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Local e data

Assinatura do representante legal

(Nome e cargo)

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20250038/SEPLAG
NUP 46001.012624/2025-27

Ao(s) ____ dia(s) do mês de _____ de 20__, na sede da Secretaria de Planejamento e Gestão, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Eletrônico Nº 20250038/SEPLAG do respectivo resultado homologado, publicado no Diário Oficial do Estado em _____, às fls __, do Processo NUP 46001.012624/2025-27 que vai assinada pelo titular do(a) _____, gestor(a) do Registro de Preços, pelos representantes legais dos detentores do registro de preços, todos qualificados e relacionados ao final, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material de Consumo – Gêneros Alimentícios das Escolas Estaduais da Região 02, situadas nos municípios de: Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Guaiúba, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba, São Gonçalo Do Amarante, São Luís do Curú, Trairi, Cascavel, Chorozinho, Horizonte, Pacajus, Pindoretama, Amontada, Apuiarés, Itapajé, Itapipoca, Miráima, Pentecostes, Tejuçuoca, Tururu, Umirim, Uruburetama, Irauçuba, General Sampaio, Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico Nº 20250038/SEPLAG que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos detentores de preços registrados classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 46001.012624/2025-27.

1.2. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente instrumento fundamenta-se:

I - No Pregão Eletrônico Nº 20250038-SEPLAG.

II - Nos termos do Decreto Estadual nº 35.323, de 24/02/2023, publicado no D.O.E de 28/02/2023 e suas alterações.

III - Na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3. DO ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA E DOS PARTICIPANTES

3.1. Compete ao órgão ou entidade gerenciadora desta Ata, o controle e a administração do sistema de registro de preços, em especial o contido no art. 17 do Decreto nº 35.323/2023.

3.2. O órgão ou entidade gerenciadora desta Ata será a Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG.

3.3. Os órgãos e entidades participantes desta ata de registro de preços poderão realizar contratações decorrentes de remanejamento de quantitativos ou valores cedidos por outros participantes, mediante autorização por meio de ferramenta informatizada, disponibilizada pela SEPLAG, desde que limitadas ao objeto licitado.

3.4. Aos órgãos e entidades participantes, compete observar o contido no art. 18 do mesmo decreto de que trata o item 3.1 acima.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência desta ata, os órgãos ou entidades do Poder Executivo estadual participantes desta ou na condição de interessados, poderão realizar contratações decorrentes de

remanejamento de quantitativo ou valores cedidos por outros participantes, mediante autorização prévia do órgão ou entidade gerenciadora, dispensada a elaboração do ETP.

4.1.1. Caso o remanejamento seja para entrega de bem em município diferente do estabelecido no Edital, caberá ao beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela fixadas, optar pela aceitação ou não do remanejamento dos itens.

4.1.2. Os órgãos e entidades do Poder Executivo estadual e de outros entes federativos, não participantes desta ata de registro de preços, poderão realizar contratações decorrentes desta, na condição de interessados sem remanejamento, mediante autorização prévia do órgão ou entidade gerenciadora e do detentor do preço registrado.

4.1.2.1. A faculdade conferida de que trata este item estará limitada a órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que, na condição de não participantes, desejarem aderir à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora do Poder Executivo estadual.

4.1.3. A adesão a ata observará os seguintes requisitos:

I - Apresentação de justificativa da vantagem da adesão;

II - Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 21 do Decreto nº 35.323/2023; e

III - Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do detentor do preço registrado.

4.1.3.1. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão do detentor do preço registrado.

4.1.3.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou instrumento equivalente ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.1.3.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) do total dos quantitativos dos itens registrados para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

4.1.3.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o subitem anterior não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.1.4. O órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, contados a partir da autorização do órgão ou entidade gerenciadora, observado o prazo de vigência da ata.

5. DA VALIDADE DA ATA, DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE E DO CADASTRO DE RESERVA

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, conforme art. 15 do Decreto Estadual nº 35.323/2023, alterado pelo art. 2º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, será de 1 (um) ano, contado a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que por acordo entre as partes e comprovado o preço vantajoso, nas mesmas condições, quantidades e valores.

5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou valores fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

5.3. O prazo de vigência do contrato decorrente desta ata de registro de preços encontra-se definido no Termo de Referência, admitindo-se a prorrogação na forma da Lei, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

5.3.1. O instrumento equivalente de contrato deverá ser assinado no prazo de vigência desta ata e passará a ter eficácia com a sua publicação no Diário Oficial do Estado.

5.3.2. Na formalização do instrumento equivalente de contrato deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. Os contratos decorrentes desta ata de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no § 4º do art. 15 do Decreto nº 35.323/2023.

5.5. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Lei nº 14.133/2021.

5.5.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.5.2. A ata de registro de preços poderá ser assinada por certificação digital.

5.5.3. Serão observadas ainda as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

I - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, que oferecer na proposta o quantitativo máximo estabelecido no Termo de Referência.

II - Será incluído na ata, na forma do anexo único, o registro dos licitantes que:

a) Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação, que comporão o cadastro de reserva; e

b) Mantiverem sua proposta original.

III - Será obedecida, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

a) O registro tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

b) Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.6. A convocação dos licitantes do cadastro de reserva ocorrerá quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no Edital, ou na hipótese do cancelamento do preço registrado na forma do art. 25 do Decreto nº 35.323/2023.

5.6.1. A habilitação dos licitantes do cadastro reserva somente será realizada quando caracterizada a necessidade da contratação.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no Diário Oficial do Estado e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Na hipótese da inexistência do cadastro de reserva, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

I - Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II - Adjudicar e firmar o instrumento equivalente de contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso do detentor do preço para a contratação, nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a demanda pretendida, desde que devidamente justificada.

6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS, DA NEGOCIAÇÃO, DA SUBSTITUIÇÃO DA MARCA OU MODELO E DA ALTERAÇÃO DE DADOS CONSTITUTIVOS DO DETENTOR DE PREÇOS.

6.1. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata, exceto em decorrência das disposições contidas no art. 23 do Decreto nº 35.323/2023.

6.1.1. Os preços registrados são os preços unitários ofertados nas propostas dos detentores de preços, os quais estão relacionados no anexo único desta ata e servirão de base para futuras contratações, observadas as condições de mercado.

6.1.2. Os preços registrados poderão ainda ser alterados ou atualizados em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.3. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o detentor do preço registrado será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas. Nesta hipótese, o gerenciador convocará os detentores de preços do cadastro de reserva ou, se não houver, os remanescentes que atenderem os termos do disposto nos §§ 3º, 5º e 6º do artigo 12 do Decreto nº 35.323/2023, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.3.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento dos itens registrados, ou se for o caso, da Ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.4. Caso haja alteração do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o fato aos órgãos ou entidades participantes.

6.4.1. A alteração do preço registrado não altera automaticamente o preço do contrato decorrente da ata de registro de preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão ou entidade contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre o contrato.

6.5. O detentor do registro de preços poderá solicitar ao órgão ou entidade gerenciadora:

I - Substituição da marca ou modelo do item registrado por outra equivalente ou de qualidade superior, mantendo o mesmo preço e as mesmas especificações, desde que comprovada a inviabilidade do fornecimento da marca ou modelo originalmente registrado e que permaneça vantajosidade para a Administração;

II - Alteração da razão social ou outro dado constitutivo, mediante apresentação de termo aditivo ao documento de constituição da empresa.

6.5.1. No caso de deferimento das solicitações, o órgão ou entidade gerenciadora fará a alteração na ata e comunicará aos órgãos ou entidades participantes para alteração do contrato.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro de preços será cancelado nas hipóteses previstas no art. 25 do Decreto nº 35.323/2023.

7.2. O cancelamento de preço registrado, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, e sua comunicação será feita por escrito, juntando-se a cópia nos autos que deram origem ao registro de preços.

7.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do detentor do preço registrado, a comunicação será feita mediante publicação no Diário Oficial do Estado (DOE), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da data da publicação.

7.4. Antes de cancelar o item ou revogar a ata, o órgão ou entidade gerenciadora deverá tomar providências no sentido de que não haja descontinuidade no fornecimento de bens.

7.5. Não sendo conveniente realizar novo processo de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora deverá apresentar aos órgãos ou entidades participantes as justificativas que motivaram a não realização do mesmo e orientar sobre as ações para o novo processo de contratação.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Compete ao órgão ou entidade gerenciadora, aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços ou nas obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, conforme disposto no art. 17, IV do Decreto nº 35.323/2023 alterado pelo art. 2º do Decreto nº 36.863/2025.

8.2. As sanções previstas no item anterior serão aplicadas ao adjudicatário que injustificadamente se recusar assinar a ata de registro de preços, caracterizando-se o descumprimento total das obrigações assumidas. Aplicam-se às mesmas sanções aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços e os remanescentes com preços registrados.

8.3. O detentor de preço registrado recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), ou se for o caso, por meio de depósito bancário podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome da contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais da contratação, tais como o prazo para entrega e recebimento do objeto, obrigações do contratante e contratado, condições de pagamento, penalidades e demais condições, encontram-se definidas no Termo de Referência.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade, conforme §6º do art. 20 do Decreto nº 35.323/2023.

10. DO FORO

Fica eleito o foro do município da contratante, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

Signatários:

Órgão ou Entidade Gerenciadora da Ata.	Nome do Titular	Cargo	CPF	RG	Assinatura

Detentores Adjudicatários do Reg. de Preços	Nome do Representante	Cargo	CPF	RG	Assinatura

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em ____ (____) (**preencher com o número de vias**) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos órgãos e entidades participantes, se houver.

Fortaleza/CE, ____ de _____ de 20 ____

ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ /20__ - MAPA DE PREÇOS DOS BENS

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre o órgão ou entidade gerenciadora da ata e os fornecedores, cujos preços estão a seguir registrados por item, em face da realização do Pregão Eletrônico nº 20250038, seguido da relação dos órgãos e entidades participantes.

Constam ainda registrados os preços dos fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário e os que mantiveram sua proposta original:

Relação dos fornecedores adjudicatários.

Item	Cód Item	Especificação do Item	Fornecedores	Unid	Quant. Máx	Quant. Min.	Preço Registrado

Relação dos Órgãos e Entidades Participantes da Ata.

Seq	Órgão/Entidade	ENDEREÇO
1		
2		

Relação de fornecedores, segundo a ordem de classificação, que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário (Cadastro Reserva).

Item	Cód Item	Especificação do Item	Fornecedor es	Unid	Quant. Máx	Quant. Min.	Preço Registrado

Relação de fornecedores, segundo a ordem de classificação, que mantiveram sua proposta original (Remanescentes):

Item	Cód Item	Especificação do Item	Fornecedor es	Unid	Quant. Máx	Quant. Min.	Preço Registrado

ANEXO IV A - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO
(MODELO PARA ADMINISTRAÇÃO DIRETA)

Contrato nº ____ / 20__ –

Processo nº 46001.012624/2025-27

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
(O)A _____ E
(O) A _____, ABAIXO
QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE
DECLARA.

O(A) _____, situada(o) na _____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, e a _____, com sede na _____, CEP: _____, Fone: _____, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº _____, doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Pregão Eletrônico nº 20250038/SEPLAG, e seus anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 20250038, o Termo de Referência, a proposta do contratado e eventuais anexos dos respectivos documentos os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de Material de Consumo – Gêneros Alimentícios das Escolas Estaduais da Região 02, situadas nos municípios de: Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Guaiúba, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba, São Gonçalo Do Amarante, São Luís do Curú, Trairi, Cascavel, Chorozinho, Horizonte, Pacajus, Pindoretama, Amontada, Apuiarés, Itapajé, Itapipoca, Miraíma, Pentecostes, Tejuçuoca, Tururu, Umirim, Uruburetama, Iruçuca, General Sampaio, Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção, nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 01 (um) ano, contado da data da sua publicação, na forma do art. 105 c/c o art. 94 ambos da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a prorrogação desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO

5.1. A forma de fornecimento será parcelada.

5.2. Os prazos e condições de conclusão, entrega, recebimento do objeto, obrigações e demais condições constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO.

7.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____)

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DO RECEBIMENTO

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, bem como, as condições de recebimento, se encontram definidos no Termo de Referência, anexo a este instrumento de contrato.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, a data da pesquisa constante no Mapa Comparativo de Preços, datado de 17/09/2025.

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

10.1. As obrigações referentes ao CONTRATANTE e ao CONTRATADO encontram-se definidas no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

11.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos do fornecimento dos bens especificados no certame ou no contrato administrativo.

11.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

11.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Contrato, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

11.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

11.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

11.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

11.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

11.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

11.7. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

11.7.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

11.7.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou fornecedores que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

11.7.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

11.8. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

11.8.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

11.9. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

11.10. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos bens objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

11.11. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

11.12. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

11.12.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

11.14. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

13.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8 deste contrato, bem como nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

13.2.4.2. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

13.2.4.3. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.6.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

13.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e

orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Certificado de Registro Cadastral(CRC) do Estado do Ceará.

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.11. Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

13.11.1. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, o CONTRATADO recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do CONTRATANTE, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. Este contrato se extingue nas seguintes hipóteses:

I - Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, e.

II - Quando mesmo não cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, ocorrer algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Na hipótese do inciso II, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.3.3. Indenizações e multas.

14.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.5. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso VIII, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que caiba ao CONTRATADO, direito à

indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada, conforme o caso:

15.1.1. Gestão/Unidade: _____;

15.1.2. Fonte de Recursos: _____;

15.1.3. Programa de Trabalho: _____;

15.1.4. Elemento de Despesa: _____;

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei nº 12.527/2011, regulamentada no Estado do Ceará pela Lei nº 15.175/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

19.1. O modelo de gestão contratual consta no Termo de Referência, anexo a este contrato.

19.2. A execução contratual será acompanhada pelo(a) Gestor(a) do Contrato _____, CPF _____, representante especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro do município da sede do CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)

(nome do representante)

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas:

(nome da testemunha 1)

(nome da testemunha 2)

RG:

RG:

CPF:

CPF:

Visto:

(nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)